

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	8
DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	18
DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	76
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	80
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	81
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	82

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
Total	38.571
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2019	Dividendo	28/06/2019	Ordinária		0,47944
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2019	Dividendo	28/06/2019	Preferencial		0,52738
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2019	Dividendo	27/12/2019	Ordinária		0,47944
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2019	Dividendo	27/12/2019	Preferencial		0,52738

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	1.928.040	1.849.198
1.01	Ativo Circulante	64.078	66.897
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	17.618	16.763
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.986	1.925
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.986	1.925
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	44.474	48.209
1.01.08.03	Outros	44.474	48.209
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	44.430	48.006
1.01.08.03.03	Outros Créditos	44	203
1.02	Ativo Não Circulante	1.863.962	1.782.301
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	160.678	159.760
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	137.478	137.478
1.02.01.02.01	Títulos para Negociação	137.261	137.261
1.02.01.02.02	Outros Títulos	217	217
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	2.614	2.604
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	2.614	2.604
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	20.586	19.678
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	20.586	19.678
1.02.02	Investimentos	1.697.425	1.616.555
1.02.02.01	Participações Societárias	1.697.425	1.616.555
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	95.323	89.884
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.516.230	1.443.925
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	85.872	82.746
1.02.03	Imobilizado	36	37
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	36	37
1.02.04	Intangível	5.823	5.949
1.02.04.01	Intangíveis	5.823	5.949
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	5.823	5.949

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	1.928.040	1.849.198
2.01	Passivo Circulante	41.630	41.717
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	559	749
2.01.01.01	Obrigações Sociais	559	749
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	559	749
2.01.02	Fornecedores	1.199	1.092
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.199	1.092
2.01.03	Obrigações Fiscais	144	86
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	75	83
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	71	78
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	4	5
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	69	3
2.01.05	Outras Obrigações	39.728	39.790
2.01.05.02	Outros	39.728	39.790
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	39.524	39.524
2.01.05.02.04	Outros Passivos Circulantes	204	266
2.02	Passivo Não Circulante	6.625	6.625
2.02.04	Provisões	6.625	6.625
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.451	1.451
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.263	1.263
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	41	41
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	147	147
2.02.04.02	Outras Provisões	5.174	5.174
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	5.174	5.174
2.03	Patrimônio Líquido	1.879.785	1.800.856
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.340.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.309.025	1.302.766
2.03.04.01	Reserva Legal	156.195	156.195
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.152.830	1.146.571
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	72.811	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-842.367	-842.226

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	72.389	70.644
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.083	-5.487
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-493	-493
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	78.965	76.624
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	72.389	70.644
3.06	Resultado Financeiro	281	350
3.06.01	Receitas Financeiras	297	364
3.06.02	Despesas Financeiras	-16	-14
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	72.670	70.994
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	72.670	70.994
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	72.670	70.994
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,77780	1,73680
3.99.01.02	PN	1,95560	1,91050
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,77780	1,73680
3.99.02.02	PN	1,95560	1,91050

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	72.670	70.994
4.03	Resultado Abrangente do Período	72.670	70.994

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-6.708	-6.548
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-5.811	-5.154
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IR e da CSLL	72.670	70.994
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	494	495
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	-78.965	-76.624
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias	-10	-19
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-897	-1.394
6.01.02.02	Outras Contas Ativos	159	-5
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	-908	-862
6.01.02.04	Fornecedores	107	-265
6.01.02.05	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	-190	-337
6.01.02.06	Tributos a Recolher	58	16
6.01.02.07	Outras Contas - Passivos	-62	126
6.01.02.08	Tributos a Recuperar	-61	-67
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	7.563	5.246
6.02.04	Dividendos Recebidos	7.563	5.246
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	855	-1.302
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	16.763	25.048
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	17.618	23.746

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.302.766	0	-842.226	1.800.856
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.302.766	0	-842.226	1.800.856
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	6.259	72.811	-141	78.929
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	72.670	0	72.670
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	6.259	141	-141	6.259
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	141	-141	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	6.259	0	0	6.259
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.309.025	72.811	-842.367	1.879.785

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.189.031	0	-687.109	1.842.238
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.189.031	0	-687.109	1.842.238
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-16.784	71.818	-824	54.210
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	70.994	0	70.994
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	-16.784	824	-824	-16.784
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	824	-824	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	-16.784	0	0	-16.784
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.172.247	71.818	-687.933	1.896.448

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-529	-525
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-529	-525
7.03	Valor Adicionado Bruto	-529	-525
7.04	Retenções	-494	-494
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-494	-494
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.023	-1.019
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	79.262	76.988
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	78.965	76.624
7.06.02	Receitas Financeiras	297	364
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	78.239	75.969
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	78.239	75.969
7.08.01	Pessoal	5.246	4.798
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.103	4.612
7.08.01.02	Benefícios	59	41
7.08.01.03	F.G.T.S.	84	145
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	218	174
7.08.02.01	Federais	131	153
7.08.02.02	Estaduais	4	4
7.08.02.03	Municipais	83	17
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	105	3
7.08.03.02	Aluguéis	89	0
7.08.03.03	Outras	16	3
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	72.670	70.994
7.08.04.02	Dividendos	0	15.790
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	72.670	55.204

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	9.824.279	9.854.745
1.01	Ativo Circulante	4.291.668	4.353.420
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	746.057	698.060
1.01.03	Contas a Receber	1.612.564	1.592.693
1.01.03.01	Clientes	1.443.973	1.431.571
1.01.03.01.01	Contas a receber de Clientes	1.977.649	1.962.129
1.01.03.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-533.676	-530.558
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	168.591	161.122
1.01.04	Estoques	10.785	8.636
1.01.06	Tributos a Recuperar	87.305	63.264
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	87.305	63.264
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.834.957	1.990.767
1.01.08.03	Outros	1.834.957	1.990.767
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	3.468	89
1.01.08.03.04	Outros Créditos	221.149	221.505
1.01.08.03.05	Ativo Financeiro - CVA	67.444	226.737
1.01.08.03.06	Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	31.893	31.433
1.01.08.03.07	Recursos da CDE para Cobertura de CVA	1.511.003	1.511.003
1.02	Ativo Não Circulante	5.532.611	5.501.325
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.795.952	1.816.040
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	137.478	137.478
1.02.01.02.01	Titulos para Necociação	137.261	137.261
1.02.01.02.02	Títulos Disponíveis para Venda	217	217
1.02.01.04	Contas a Receber	51.373	54.359
1.02.01.04.01	Clientes	48.232	51.634
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	3.141	2.725
1.02.01.07	Tributos Diferidos	710.703	712.532
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	710.703	712.532
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	3.102	3.092
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	2.614	2.604
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	488	488
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	893.296	908.579
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	26.443	21.092
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	190.502	170.350
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	423.377	441.030
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro - CVA	0	26.522
1.02.01.10.07	Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	252.974	249.585
1.02.02	Investimentos	236.784	228.663
1.02.02.01	Participações Societárias	236.784	228.663
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	150.912	145.917
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	85.872	82.746
1.02.03	Imobilizado	159.256	160.066
1.02.04	Intangível	3.340.619	3.296.556
1.02.04.01	Intangíveis	3.340.619	3.296.556
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.331.940	3.287.592

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	8.679	8.964

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	9.824.279	9.854.745
2.01	Passivo Circulante	4.268.309	4.438.978
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	200.444	208.503
2.01.01.01	Obrigações Sociais	200.444	208.503
2.01.02	Fornecedores	1.091.044	1.006.854
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.091.044	1.006.854
2.01.03	Obrigações Fiscais	231.461	223.897
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	102.279	65.373
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	51.713	17.300
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	46.972	44.238
2.01.03.01.03	Outros	3.594	3.835
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	127.758	156.601
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.424	1.923
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	355.050	452.478
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	196.121	321.089
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	191.776	320.322
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	4.345	767
2.01.04.02	Debêntures	158.929	131.389
2.01.05	Outras Obrigações	2.232.913	2.384.470
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	13.352	15.763
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	13.352	15.763
2.01.05.02	Outros	2.219.561	2.368.707
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	39.524	39.524
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	2.113.457	2.269.327
2.01.05.02.20	Outros Passivos Circulantes	66.580	59.856
2.01.06	Provisões	157.397	162.776
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	157.397	162.776
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	157.397	162.776
2.02	Passivo Não Circulante	3.676.185	3.614.911
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	953.972	967.585
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	609.327	597.712
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	297.285	325.026
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	312.042	272.686
2.02.01.02	Debêntures	344.645	369.873
2.02.02	Outras Obrigações	226.255	155.412
2.02.02.02	Outros	226.255	155.412
2.02.02.02.03	Obrigações Sociais e Trabalhistas	37.254	46.988
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	118.442	105.948
2.02.02.02.05	Outros Passivos Não Circulantes	2.476	2.476
2.02.02.02.06	Passivo Financeiro - CVA	68.083	0
2.02.03	Tributos Diferidos	12.660	10.144
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.660	10.144
2.02.04	Provisões	2.483.298	2.481.770
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.048.844	2.054.032
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	9.655	9.626
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	66.996	65.850

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.819.941	1.842.197
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	152.252	136.359
2.02.04.02	Outras Provisões	434.454	427.738
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	432.404	425.687
2.02.04.02.05	Provisões Ambientais	2.050	2.051
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.879.785	1.800.856
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.340.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.309.025	1.302.766
2.03.04.01	Reserva Legal	156.195	156.195
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.152.830	1.146.571
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	72.811	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-842.367	-842.226

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.132.137	1.770.857
3.01.01	Receita de Venda e Serviços	2.268.451	1.680.246
3.01.02	Receita de Construção	115.510	94.438
3.01.03	Receita Parcela A - CVA	-253.133	-4.423
3.01.04	Atualização Ativo Financeiro VNR	1.309	596
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.862.177	-1.534.102
3.02.01	Custo de Venda e Serviços	-1.580.385	-1.282.429
3.02.02	Custo dos Produtos Vendidos	-2.916	-3.215
3.02.03	Custo dos Serviços Prestados	-163.366	-154.020
3.02.04	Custo de Construção - CPC 47	-115.510	-94.438
3.03	Resultado Bruto	269.960	236.755
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-117.471	-98.528
3.04.01	Despesas com Vendas	-52.452	-51.145
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-87.827	-75.242
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	16.614	23.309
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	6.194	4.550
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	152.489	138.227
3.06	Resultado Financeiro	-26.190	-19.336
3.06.01	Receitas Financeiras	74.868	39.002
3.06.02	Despesas Financeiras	-101.058	-58.338
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	126.299	118.891
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-53.629	-47.897
3.08.01	Corrente	-49.284	-45.754
3.08.02	Diferido	-4.345	-2.143
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	72.670	70.994
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	72.670	70.994
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	72.670	70.994
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,77780	1,73680
3.99.01.02	PN	1,95560	1,91050
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,77780	1,73680
3.99.02.02	PN	1,95560	1,91050

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	72.670	70.994
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	72.670	70.994
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	72.670	70.994

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	290.216	-75.087
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	202.223	181.492
6.01.01.01	Resultado antes do IR e CSLL	126.299	118.891
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	55.441	53.214
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-6.194	-4.550
6.01.01.05	Atualização/Juros Retorno/Bonificação de Outorga	-12.152	-9.567
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias	47.394	22.126
6.01.01.08	IR e CSLL Pagos	-41.621	-32.594
6.01.01.09	Juros Pagos	-18.891	-5.780
6.01.01.11	Provisão para Passivo Atuarial	12.962	6.517
6.01.01.12	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	23.784	14.066
6.01.01.14	Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	13.372	10.910
6.01.01.15	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-1.309	-596
6.01.01.17	Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	3.118	8.629
6.01.01.18	Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	20	226
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	87.993	-256.579
6.01.02.02	Ativos Financeiros - (CVA, Bonificação de Outorga)	151.373	41.480
6.01.02.03	Contas a Receber	-19.587	-50.849
6.01.02.04	Subsidio Decreto nº 7.891/2013	0	15.285
6.01.02.05	Tributos a Recuperar	-29.392	-16.467
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-20.152	-13.866
6.01.02.07	Estoques	-2.149	-1.571
6.01.02.10	Outras Contas - Ativo	31.058	55.234
6.01.02.14	Fornecedores	84.190	-72.955
6.01.02.15	Tributos a recolher	-99	5.976
6.01.02.16	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	-17.793	-16.804
6.01.02.17	Taxas Regulamentares	-154.229	-140.612
6.01.02.18	Passivo Financeiro - CVA	110.828	-20.492
6.01.02.19	Passivo Atuarial	-50.368	-38.072
6.01.02.20	Outras Contas - Passivo	4.313	-2.866
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-123.289	-110.753
6.02.01	Adições Ativo Imobilizado/Intagível	-123.875	-111.657
6.02.03	Aumento (Redução) de Capital Investidas	0	-4.342
6.02.05	Dividendos Recebidos	586	5.246
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-118.930	108.660
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-155.492	-41.340
6.03.04	Adições de Empréstimos e Financiamentos	36.562	150.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	47.997	-77.180
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	698.060	564.594
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	746.057	487.414

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.302.766	0	-842.226	1.800.856	0	1.800.856
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.302.766	0	-842.226	1.800.856	0	1.800.856
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	6.259	72.811	-141	78.929	0	78.929
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	72.670	0	72.670	0	72.670
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	6.259	141	-141	6.259	0	6.259
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	141	-141	0	0	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	6.259	0	0	6.259	0	6.259
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.309.025	72.811	-842.367	1.879.785	0	1.879.785

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.189.031	0	-687.109	1.842.238	0	1.842.238
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.189.031	0	-687.109	1.842.238	0	1.842.238
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-16.784	71.818	-824	54.210	0	54.210
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	70.994	0	70.994	0	70.994
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	-16.784	824	-824	-16.784	0	-16.784
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	824	-824	0	0	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	-16.784	0	0	-16.784	0	-16.784
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.172.247	71.818	-687.933	1.896.448	0	1.896.448

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	3.498.835	2.950.557
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.355.377	2.842.606
7.01.02	Outras Receitas	31.066	22.142
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	115.510	94.438
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-3.118	-8.629
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.783.677	-1.441.314
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.611.349	-1.307.696
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-56.818	-39.180
7.02.04	Outros	-115.510	-94.438
7.02.04.01	Custos refs. a Construção de Ativos Próprios	-115.510	-94.438
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.715.158	1.509.243
7.04	Retenções	-55.441	-53.214
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-55.441	-53.214
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.659.717	1.456.029
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	81.062	44.935
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	6.194	4.550
7.06.02	Receitas Financeiras	74.868	40.385
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.740.779	1.500.964
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.740.779	1.500.964
7.08.01	Pessoal	165.510	152.313
7.08.01.01	Remuneração Direta	137.124	129.408
7.08.01.02	Benefícios	21.829	16.523
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.557	6.382
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.396.778	1.213.139
7.08.02.01	Federais	723.404	675.671
7.08.02.02	Estaduais	670.375	535.204
7.08.02.03	Municipais	2.999	2.264
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	105.821	64.518
7.08.03.01	Juros	10.488	7.298
7.08.03.02	Aluguéis	4.763	4.334
7.08.03.03	Outras	90.570	52.886
7.08.03.03.01	Variações Monetárias e Cambiais	21.684	2.057
7.08.03.03.03	Outras Despesas de Financiamentos	68.886	50.829
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	72.670	70.994
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	72.670	70.994

Comentário do Desempenho



1. INVESTIMENTOS

Os recursos investidos em imobilizado, intangível e participações em PCHs pela Companhia no primeiro trimestre de 2019 chegaram a R\$122.284 ante R\$106.229 em 2018, sendo 15,11% superior ao mesmo período do ano anterior, conforme evidenciado no quadro a seguir:

Investimento	Consolidado				
	31 de março 2019		31 de março 2018		Análise Horizontal
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	
Distribuição de Energia Elétrica	121.864	99,66%	100.499	94,61%	21,26%
Recursos Próprios	92.337	-	83.239	-	-
Participação Financeira do Consumidor	29.527	-	17.260	-	-
Geração de Energia Elétrica	420	0,34%	5.730	5,39%	-92,67%
Participações Societárias	-	-	4.342	-	-
Parque Gerador Próprio	420	-	1.388	-	-
Total	122.284	100%	106.229	100%	15,11%

Do total investido, o maior volume de R\$121.864 foi destinado à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão da Celesc D. Deste valor, R\$92.337 foram realizados com recursos próprios, sendo R\$78.292 em materiais e serviços, R\$14.045 em mão de obra própria e R\$29.527 com recursos de terceiros, provenientes de Participação Financeira do Consumidor em obras da Celesc D. As regras da Participação Financeira do Consumidor estão estabelecidas na Resolução Normativa nº 414, da ANEEL, de 09 de setembro de 2010.

Dos principais investimentos realizados no parque gerador próprio, R\$205 se refere à substituição de conduto adutor, pallet de contenção, baterias e sonda de pressão da Usina Cedros; R\$122 se refere a serviços mecânicos na Usina Salto Weissbach; R\$14 foram gastos com a reforma da chaminé e pallet de contenção da CGH Caveiras; R\$9 foram utilizados para aquisição de ar condicionado e pallet de contenção para a Usina Garcia; e R\$6 se refere a aquisição de banco de baterias para a CGH Rio do Peixe.

2. MERCADO ACIONÁRIO

O Índice BOVESPA fechou o 1º trimestre de 2019 com valorização de 8,53%. O Índice do Setor de Energia Elétrica – IEE apresentou valorização de 16,61% no mesmo período.

Nesse mesmo período as Ações Ordinárias – ON da Companhia apresentaram valorização de 23,91%, enquanto as Ações Preferenciais – PN apresentaram valorização de 7,14%.

O quadro a seguir apresenta as cotações finais em 31 de março de 2019 e respectivas variações percentuais das ações da Companhia e dos principais indicadores de mercado:

Descrição	Fechamento		Variação %
	31 março 2019	1º TRI 2019	Em 12 meses
Celesc PN	R\$ 53,43	7,14%	104,32%
Celesc ON	R\$ 57,00	23,91%	64,60%
IBOVESPA	95.415	8,53%	11,77%
IEE	57.449	16,61%	38,61%

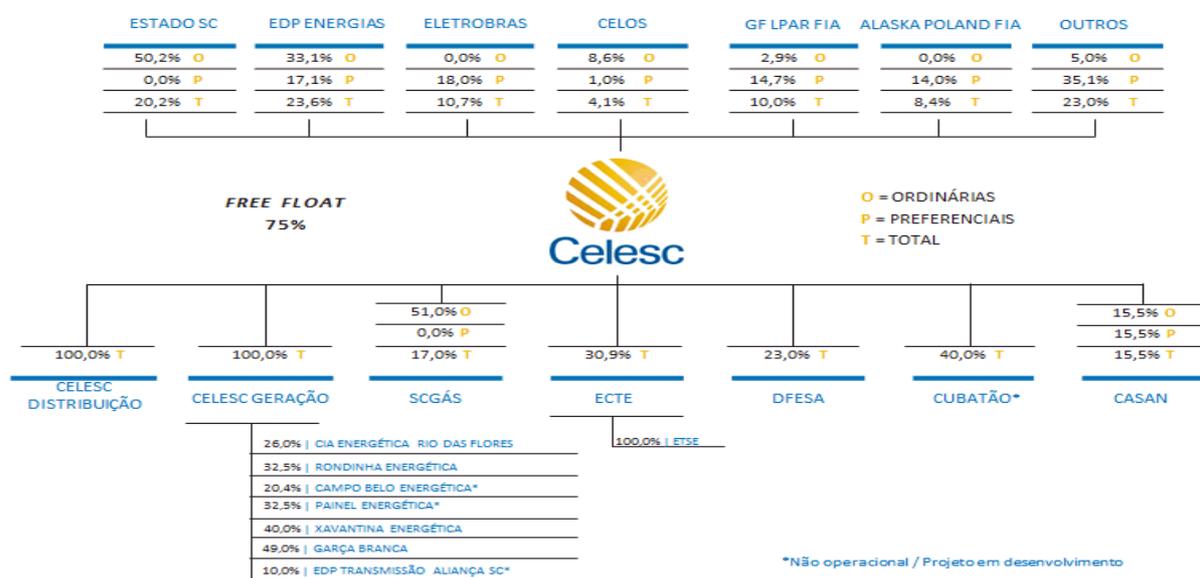
*Variações percentuais com ajuste a proventos

3. VALOR DE MERCADO DA AÇÃO

Os valores de mercado das ações da Companhia, em 31 de março de 2019, conforme demonstrado no quadro anterior, são: R\$57,00 (cinquenta e sete reais) para cada Ação Ordinária – ON (CLSC3) e R\$53,43 (cinquenta e três reais e quarenta e três centavos) para cada Ação Preferencial – PN (CLSC4).

Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,2% das Ações Ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do Capital Total. A estrutura acionária e societária, em 31 de março de 2019 está apresentada no organograma a seguir:

Comentário do Desempenho



4. RECURSOS HUMANOS

A Celesc encerrou o primeiro trimestre de 2019, com um quadro funcional de 3.377 empregados. O total de empregados representa um acréscimo de 6,93% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.158 empregados).

5. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

O Lucro Líquido acumulado no trimestre findo em 31 de março de 2019 apresentado pela Companhia foi de R\$72.670, que representa um aumento de 2,36%, se comparado ao mesmo período de 2018 (Lucro Líquido de R\$70.994).

Os principais indicadores econômicos, baseados nas informações consolidadas da Companhia em 31 de março de 2019, em relação ao mesmo período do ano anterior, são os seguintes:

Dados Econômico-Financeiros (valores em reais mil)	31 de março 2019	31 de março 2018 (Reapresentado)	AH
Receita Operacional Bruta – ROB	3.472.196	2.933.669	18,36%
Receita Operacional Líquida – ROL	2.132.137	1.770.857	20,40%
Resultado Operacional	152.489	138.227	10,32%
EBITDA	207.930	191.441	8,61%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	9,75%	10,81%	-1,06 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	3,41%	4,01%	-0,60 p.p.
Resultado Financeiro	(26.190)	(19.336)	35,45%
Ativo Total	9.824.279	9.022.442	8,89%
Imobilizado	159.256	151.866	4,87%
Patrimônio Líquido	1.879.785	1.896.448	-0,88%
Lucro Líquido	72.670	70.994	2,36%

A Companhia encerrou 31 de março de 2019 com Receita Operacional Bruta – ROB acumulada de R\$3.472.196, resultando em um acréscimo de 18,36% em relação ao primeiro trimestre de 2018. O aumento decorreu, principalmente, pelo: reajuste tarifário médio de 13,86%, aplicado em agosto de 2018 aos consumidores da Celesc D; aumento aferido no consumo de energia no mercado cativo, na ordem de 9,1%; aumento na Receita gerada pela disponibilização da rede elétrica, na ordem de 37%.

A Receita Operacional Líquida – ROL fechou o primeiro trimestre de 2019 em R\$2.132.137, representando um crescimento de 20,40%, em relação ao mesmo período de 2018, que fechou no valor de R\$1.770.857.

Comentário do Desempenho



A movimentação do Lucro Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

Conciliação do EBITDA (valores em reais mil)	31 de março 2019	31 de março 2018
Lucro Líquido	72.670	70.994
IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	53.629	47.897
Resultado Financeiro	26.190	19.336
Depreciação e Amortização	55.441	53.214
EBITDA	207.930	191.441

6. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Base Acionária em 31 de março 2019					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,00	7.791.201	20,20
EDP Energias do Brasil S.A.	5.140.868	33,11	3.945.820	17,12	9.086.688	23,56
Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração LPar Fundo de Investimento	460.000	2,96	3.400.000	14,75	3.860.000	10,01
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras*	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Alaska Poland FIA	-	0,00	3.226.600	14,00	3.226.600	8,37
Outros	790.552	5,09	8.098.269	35,15	8.888.821	23,04
Total	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100,00

Capital Social: R\$1.340.000.000,00 e Capital Autorizado: R\$1.340.000.000,00

*Companhia de Capital Aberto

7. PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO CAPITAL

Os investidores estrangeiros encerraram o primeiro trimestre de 2019 representando 6,37% do Capital Social total da Companhia, detendo o total de 2.458.006 ações, na grande maioria, ações preferenciais.

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	2.458.006	6,37
Investidores Nacionais	36.113.585	93,63
Total	38.571.591	100,00

8. AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	9.229.660	59,44%	234.305	1,02%	9.463.965	24,54%
Conselho de Administração	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Diretoria Executiva	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Outros Acionistas	6.297.477	40,56%	22.810.149	98,98%	29.107.626	75,46%
Total	15.527.137	100,00%	23.044.454	100,00%	38.571.591	100,00%
Ações em Circulação	6.297.477	40,56%	22.810.149	98,98%	29.107.626	75,46%

Comentário do Desempenho



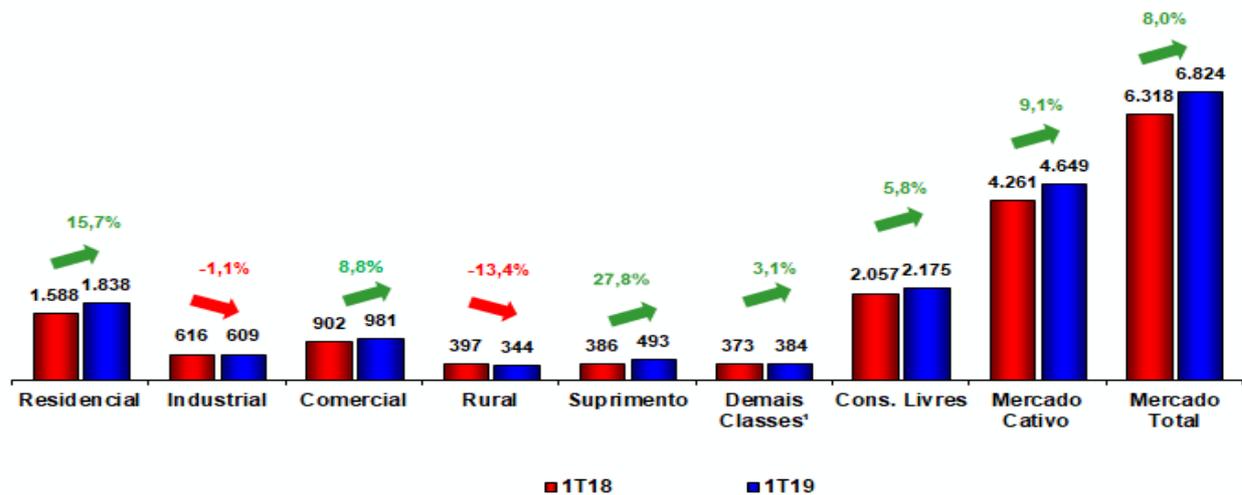
9. AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

Descrição	Ações ON – CLSC3		Ações PN – CLSC4		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Capital Total	15.527.137	100,0	23.044.454	100,0	38.571.591	100,00
Ações em Circulação	6.297.477	40,56%	22.810.149	98,98%	29.107.626	75,46%

10. BALANÇO ENERGÉTICO

O Mercado Faturado Cativo da Celesc D apresentou crescimento de 9,1% no primeiro trimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 4.649GWh. Com relação ao Mercado Total, incluindo consumidores livres, o aumento no consumo de energia elétrica foi de 8,0%, atingindo 6.824GWh.

No Gráfico a seguir podem ser observados os valores de consumo de cada classe no Mercado Cativo, como também o do Mercado Total:



Demais Classes¹ = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público + Revenda. Não considera Consumo Próprio.

Comentário do Desempenho



11. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

MERCADO CATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA

Descrição	2019		2018		Variação Vertical				Variação Horizontal	
	1º Trim	Acumulado	1º Trim	Acumulado	1º Trim	Acum	1º Trim	Acum	1º Trim	Acum
					2019	2019	2018	2018	19-18	19-18
Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$ mil										
Residencial	1.251.132	1.251.132	953.047	953.047	44,0%	44,0%	39,9%	39,9%	31,3%	31,3%
Industrial	416.565	416.565	437.772	437.772	14,6%	14,6%	18,3%	18,3%	-4,8%	-4,8%
Comercial	703.216	703.216	588.710	588.710	24,7%	24,7%	24,6%	24,6%	19,5%	19,5%
Rural	163.599	163.599	159.898	159.898	5,8%	5,8%	6,7%	6,7%	2,3%	2,3%
Poder Público	82.086	82.086	68.558	68.558	2,9%	2,9%	2,9%	2,9%	19,7%	19,7%
Iluminação Pública	66.297	66.297	60.554	60.554	2,3%	2,3%	2,5%	2,5%	9,5%	9,5%
Serviço Público	53.437	53.437	46.960	46.960	1,9%	1,9%	2,0%	2,0%	13,8%	13,8%
Subtotal	2.736.332	2.736.332	2.315.500	2.315.500	96,2%	96,2%	96,9%	96,9%	18,2%	18,2%
Suprimento	107.344	107.344	74.815	74.815	3,8%	3,8%	3,1%	3,1%	43,5%	43,5%
TOTAL	2.843.676	2.843.676	2.390.315	2.390.315	100%	100%	100%	100%	19,0%	19,0%
Consumo por Classe em MWh										
Residencial	1.837.798	1.837.798	1.587.827	1.587.827	39,6%	39,6%	37,3%	37,3%	15,7%	15,7%
Industrial	609.097	609.097	615.879	615.879	13,1%	13,1%	14,5%	14,5%	-1,1%	-1,1%
Comercial	981.472	981.472	902.246	902.246	21,1%	21,1%	21,2%	21,2%	8,8%	8,8%
Rural	344.110	344.110	397.157	397.157	7,4%	7,4%	9,3%	9,3%	-13,4%	-13,4%
Poder Público	122.366	122.366	113.492	113.492	2,6%	2,6%	2,7%	2,7%	7,8%	7,8%
Iluminação Pública	163.533	163.533	164.198	164.198	3,5%	3,5%	3,9%	3,9%	-0,4%	-0,4%
Serviço Público	94.172	94.172	92.064	92.064	2,0%	2,0%	2,2%	2,2%	2,3%	2,3%
Subtotal	4.152.547	4.152.547	3.872.862	3.872.862	89,4%	89,4%	90,9%	90,9%	7,2%	7,2%
Suprimento	492.767	492.767	385.559	385.559	10,6%	10,6%	9,1%	9,1%	27,8%	27,8%
TOTAL	4.645.314	4.645.314	4.258.421	4.258.421	100%	100%	100%	100%	9,1%	9,1%
Preço Médio Unitário do MWh em R\$										
Residencial	680,78	680,78	600,22	600,22	111,2%	111,2%	106,9%	106,9%	13,4%	13,4%
Industrial	683,91	683,91	710,81	710,81	111,7%	111,7%	126,6%	126,6%	-3,8%	-3,8%
Comercial	716,49	716,49	652,49	652,49	117,0%	117,0%	116,2%	116,2%	9,8%	9,8%
Rural	475,43	475,43	402,61	402,61	77,7%	77,7%	71,7%	71,7%	18,1%	18,1%
Poder Público	670,83	670,83	604,08	604,08	109,6%	109,6%	107,6%	107,6%	11,0%	11,0%
Iluminação Pública	405,40	405,40	368,79	368,79	66,2%	66,2%	65,7%	65,7%	9,9%	9,9%
Serviço Público	567,44	567,44	510,08	510,08	92,7%	92,7%	90,9%	90,9%	11,2%	11,2%
Subtotal	658,95	658,95	597,88	597,88	107,6%	107,6%	106,5%	106,5%	10,2%	10,2%
Suprimento	217,84	217,84	194,04	194,04	35,6%	35,6%	34,6%	34,6%	12,3%	12,3%
TOTAL	612,16	612,16	561,31	561,31	100%	100%	100%	100%	9,1%	9,1%

12. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, em seu artigo 64º “A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado”.

13. AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01, de 25 de fevereiro de 2005, a Companhia informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

Florianópolis, 06 de maio de 2019

A Administração

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc (a “Companhia” e em conjunto com suas controladas o “Grupo”), é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista, fundada em 09 de dezembro de 1955 por meio do Decreto Estadual nº 22, com sede na Avenida Itamarati, 160, bairro Itacorubi, CEP: 88.034-900, Florianópolis/SC, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973, e hoje tem seus papéis negociados na bolsa de São Paulo no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em São Paulo.

O acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,20% do Capital Total. O Capital Social atualizado, subscrito e integralizado é de R\$1.340.000.000,00, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 40,26% de ações ordinárias com direito a voto e 59,74% de ações preferenciais, também nominativas, sem direito a voto.

A Companhia e suas controladas e coligadas têm como atividades preponderantes a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Além disso, sua controlada em conjunto Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

2. PERFIL EMPRESARIAL

2.1. Subsidiárias Integrais Consolidadas

2.1.1. Celesc Distribuição S.A. – Celesc D

A Celesc D, constituída por Escritura Pública em 29 de setembro de 2006, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005, é uma sociedade anônima de capital fechado.

Em 09 de dezembro de 2015 a Celesc D, em processo conduzido pelo Ministério de Minas e Energia – MME, assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99 prorrogando assim a concessão por mais 30 anos.

A Celesc D atua, total ou parcialmente, na distribuição de energia elétrica para 287 municípios, além de parte do município de Rio Negro, no Paraná, totalizando a prestação de serviços para uma carteira formada por aproximadamente 3,0 milhões de unidades consumidoras (não revisado).

2.1.1.1. Ambiente Regulatório

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia – MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

a) Reajuste Tarifário Anual de 2018

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.436, de 13 de agosto de 2018, homologou o Reajuste Tarifário Anual da Celesc D, aplicado a partir do dia 22 de agosto de 2018. O referido reajuste resultou em um efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, da ordem de 13,86%, sendo de 15,05%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 3,15%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

Os Encargos Setoriais tem participação de 4,77%, -1,42% de Custos com Transmissão, 5,08% com Despesas de Energia, 0,06% de Receitas Irrecuperáveis, 0,37% com os Custos da Distribuidora, 7,48% relativo aos Componentes Financeiros do processo atual, e -2,48% relativo à retirada dos Componentes Financeiros do processo ordinário anterior.

Ao calcular o reajuste, conforme estabelecido no contrato de concessão, a ANEEL considera a variação de custos associados à prestação do serviço, e leva em conta a aquisição e a transmissão de energia elétrica, bem como os encargos setoriais.

Na composição da Receita Líquida para o período 2018-2019, a Parcela A (custos não gerenciáveis com encargos, transmissão e energia) participa com 81,4%. A Parcela B (custos gerenciáveis) representa 18,6%, definida no valor de R\$1,51 bilhões.

b) Bandeiras Tarifárias

As faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias vigentes para 2019 são:

- i) Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. Tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- ii) Bandeira Amarela: R\$1,00 a cada 100Kwh;
- iii) Bandeira Vermelha no patamar 1: R\$3,00 a cada 100Kwh;
- iv) Bandeira Vermelha no patamar 2: R\$5,00 a cada 100Kwh.

Notas Explicativas

A definição das faixas de acionamento será realizada conforme o método Função de Distribuição Acumulada – FDA, definida no manual de Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET submódulo 6.8, pelos seguintes critérios:

- i) Bandeira Tarifária Verde: quantil estatístico da FDA associado à probabilidade de 75%;
- ii) Bandeira Tarifária Amarela: valor médio amostral da FDA compreendido entre os quantis 75% e 85%;
- iii) Bandeira Tarifária Vermelha: intervalo da FDA compreendido entre os quantis 85% e 95%;
- iii-a) Patamar 1: valor médio amostral da FDA compreendido entre os quantis 85% e 90%; e
- iii-b) Patamar 2: valor médio amostral da FDA compreendido entre os quantis 90% e 95%.

O acionamento das bandeiras e os valores mensais da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, repassados à Celesc D, assim como os valores repassados da Celesc D à CCRBT para fins da Liquidação das Operações do Mercado de Curto Prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, no primeiro trimestre de 2019 foram:

Mês	Bandeira	Repasso da CCRBT à Celesc D (R\$ mil)	Repasso da Celesc D à CCRBT (R\$ mil)	Nº dos Despachos ANEEL
Janeiro	Verde	7.209	-	280/2019
Fevereiro	Verde	2.809	-	629/2019
Março	Verde	4.149	-	979/2019

c) Exposição Contratual 2014 – Despachos ANEEL nºs 2.642/2015 e 2.078/2016

A Celesc D ingressou com Ação Judicial, objetivando questionar o Despacho ANEEL nº 2.078/16, a fim de obter o reconhecimento integral de exposições contratuais como involuntárias ao mesmo tempo em que requereu a concessão de medida liminar para suspender a aplicação de redutor tarifário da ordem de R\$256,6 milhões, previsto para ser aplicado juntamente com a homologação do processo de Revisão Tarifária Periódica – RTP, que ocorreria até 22 de agosto de 2016.

Após o ingresso da ação judicial, obteve-se a concessão de liminar para afastamento da aplicação do redutor tarifário mencionado, decisão esta atendida pela ANEEL quando da homologação da RTP, sendo que no momento a Celesc D permanece discutindo o mérito da ação em juízo, buscando o reconhecimento integral da exposição contratual como involuntária e, assim, eliminando qualquer redutor tarifário, bem como a aplicação de penalidades pela CCEE.

2.1.2. Celesc Geração S.A. – Celesc G

A Celesc G, constituída por Escritura Pública em 29 de setembro de 2006, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005, é uma sociedade anônima de capital fechado.

A Celesc G responde pela operação, manutenção, expansão e comercialização do parque gerador da Companhia, atualmente formado por 6 (seis) Usinas Hidrelétricas – UHEs, 1 (uma) Pequena Central Hidrelétrica – PCH, e 5 (cinco) Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGHs de propriedade integral da Celesc G. Além de investimentos em parceria com investidores privados, sendo 6 (seis) geradoras desenvolvidas no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE e 1 (uma) transmissora.

2.1.2.1. Parque Gerador

2.1.2.1.1. Parque Gerador Próprio – 100% Celesc G

O parque de geração própria possui 106,97MW de potência instalada, conforme tabela a seguir:

Descrição	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Garantia Física em Cotas
Usina Pery	Curitibanos/SC	09/07/2047	30,00	14,08	100%
Usina Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	16,70	70%
Usina Bracinho	Schroeder/SC	07/11/2046	15,00	8,80	70%
Usina Garcia	Angelina/SC	07/07/2045	8,92	7,10	70%
Usina Cedros	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	6,75	70%
Usina Salto Weissbach	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	3,99	70%
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	17/03/2035	5,62	3,80	N/A
CGH Caveiras	Lages/SC	*	3,83	2,77	N/A
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	*	2,60	2,03	N/A
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	*	0,52	0,50	N/A
CGH Pirafé	Joinville/SC	*	0,78	0,45	N/A
CGH São Lourenço	Mafra/SC	*	0,42	0,22	N/A
Total			106,97	67,19	

* Usina com potência instalada inferior a 5MW estão dispensadas do ato de Concessão (Lei nº 13.360/16).

N/A – Não se Aplica.

Notas Explicativas

2.1.2.1.2. Parque Gerador Próprio – Projetos de Expansão

Outros projetos de propriedade integral da Celesc G estão em fase de revisão para ampliação e reativação conforme tabela a seguir:

Descrição	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Acréscimo de Potência (MW)	Potência Final (MW)	Data Prevista de Entrada em Operação	Status
PCH Celso Ramos (*)	Faxinal dos Guedes/SC	17/03/2035	5,62	8,30	13,92	2020	Licitação das Obras
Usina Salto Weissbach	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	23,00	29,28	N/D***	Análise na EPE e Lic. Ambiental
Usina Cedros Etapas 1 e 2	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	4,50	12,90	N/D***	Revisão de Projeto Básico
Usina Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	0,75	25,35	N/D***	Revisão de Projeto Básico
CGH Maruim	São José/SC	**	0,00	1,00	1,00	N/D***	Licenciamento Ambiental
CGH Caveiras	Lages/SC	**	3,83	10,00	13,83	N/D***	Em Estudo de Inventário
Total			48,73	47,55	96,28		

* Em 2018 o projeto passou por consolidação, aprovado pela ANEEL em 29/03/2019, por meio do Despacho nº 939.

** Usina com potência instalada inferior a 5MW estão dispensadas do ato de Concessão (Lei nº 13.360/16).

*** Depende de Trâmites Regulatórios.

N/D – Não Disponível.

2.1.2.1.3. Novos Empreendimentos de Geração em Operação – Participação Minoritária

O parque de geração já em operação em parceria com investidores privados no formato de SPE possui 31,78MW. A potência equivalente à participação societária da Celesc G nesses empreendimentos é de 11,24MW de potência instalada, conforme tabela a seguir:

Descrição	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)	Equivalente Garantia Física (MW)
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	05/10/2040	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
CGH Prata	Bandeirante/SC	05/05/2039	3,00	1,68	26,0%	0,78	0,44
CGH Belmonte	Belmonte/SC	05/05/2039	3,60	1,84	26,0%	0,94	0,48
CGH Bandeirante	Bandeirante/SC	05/05/2039	3,00	1,76	26,0%	0,78	0,46
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	07/04/2040	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	13/03/2043	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69
Total			31,78	17,74		11,24	6,26

2.1.2.1.4. Novos Empreendimentos de Geração em Desenvolvimento – Participação Minoritária

A Celesc G possui participação societária em outros dois empreendimentos, ainda em estágio de desenvolvimento, totalizando 19,15MW de potência instalada. A potência equivalente à participação societária da Celesc G nesses empreendimentos é de 5,03MW de potência instalada proporcional, conforme tabela a seguir:

Descrição	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)	Data Prevista de Entrada em Operação	Status
PCH Painel	São Joaquim/SC	18/03/2043	9,20	32,5%	2,99	N/D	*
PCH Campo Belo	Campo Belo do Sul/SC	19/05/2044	9,95	20,4%	2,04	N/D	*
Total			19,15		5,03		

* Em processo de alienação.

N/D – Não Disponível.

Em 10 de dezembro de 2018, os empreendimentos PCH Painel e PCH Campo Belo enviaram à ANEEL pedido de anuência prévia para operação de alteração de controle direto de agente de geração de energia elétrica.

A Celesc G pretende transferir a totalidade de sua participação na PCH Painel à empresa Astic EN Participações S.A.. A ANEEL anuiu essa ação previamente, por meio do Despacho nº 045 de 08 de janeiro de 2019, estabelecendo prazo para implementação da operação em até 120 dias, a contar da data de publicação do Despacho.

Também estão sendo conduzidas as tratativas para transferência da participação na PCH Campo Belo às empresas Alfa Gestão de Negócios Ltda. (50%) e Ecco Energy Investimento e Participações Ltda. (50%). A anuência prévia da ANEEL foi aprovada, por meio do Despacho nº 220 de 25 de janeiro de 2019, com prazo para implementação da operação de até 120 dias, a contar da data de publicação desse documento.

2.1.2.2. Empreendimento de Transmissão

2.1.2.2.1. Empreendimento de Transmissão – Celesc G/EDP Energias do Brasil – Participação Minoritária

A Celesc G possui 10% de participação societária (90% sob controle da EDP Energias do Brasil) em um empreendimento de transmissão, denominado EDP Transmissão Aliança SC, que tem por objeto implementar o lote 21 do Leilão nº 05/2016 da

Notas Explicativas

ANEEL, o terceiro maior projeto ofertado no leilão de abril de 2017, com investimentos previstos em R\$1,1 bilhão. As instalações visam à expansão do sistema da região sul e planalto do estado de Santa Catarina e permitirão ainda que a Celesc G conecte seu sistema de distribuição à nova estrutura, de forma a trazer benefícios diretos para regiões críticas em sistema energético do Estado. O prazo para a execução das obras é de 60 meses e a entrada em operação comercial determinada é para agosto de 2022, com possibilidade de antecipação. A SPE foi constituída em julho de 2017 e o Contrato de Concessão assinado em agosto do mesmo ano.

O empreendimento é composto por 5 trechos de linhas de transmissão de 230kV e 525kV e uma subestação. Já foram emitidas 5 licenças ambientais de instalação, tendo sido iniciadas obras nesses trechos no primeiro trimestre de 2019.

A tabela a seguir resume as principais informações do empreendimento:

Empreendimento	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Transformação (MWA)	Linhas de Transmissão (km)	Participação Celesc Geração
EDP Transmissão Aliança SC	SC	11/08/2047	1.344	433	10,0%

2.1.2.3. Ambiente Regulatório

2.1.2.3.1. Projetos de Ampliação e Concessões Prorrogadas

a) Projetos de Ampliação das Usinas do Parque Próprio

Ampliação da PCH Celso Ramos

A Celesc G obteve por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.078/2015 autorização para ampliação da PCH Celso Ramos da ordem de 7,2MW (5,62MW para 12,82MW), bem como a prorrogação da concessão por 20 anos, condicionada à conclusão da obra até novembro de 2021.

Em 2018, o Projeto Básico de ampliação da Usina foi revisto e consolidado, sendo que essa nova configuração prevê a instalação de novo circuito adutor, que contará com uma nova tomada de água, canal adutor, conduto forçado e com uma nova casa de força com duas unidades geradoras, UG-3 e UG-4, de 4,15MW cada, totalizando o acréscimo de 8,3MW no aproveitamento (passando de 7,2MW para 8,3MW e totalizando 13,92MW de capacidade instalada).

Em 29 de março de 2019, a ANEEL emitiu o Despacho nº 939/2019, registrando a adequabilidade ao uso do potencial hidráulico da revisão do Projeto Básico da Ampliação da PCH Celso Ramos, e homologando novos parâmetros necessários para definir a Garantia Física do empreendimento. A Celesc G aguarda a definição, por parte da Empresa de Pesquisas Energéticas – EPE, da Garantia Física do projeto. As obras devem iniciar no segundo trimestre de 2019.

Ampliação da Usina Salto Weissbach

Em 2018 foi aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho nº 1.117, de 21 de maio de 2018, o projeto de Ampliação da Usina Salto Weissbach, localizada no município de Blumenau/SC. O projeto de ampliação prevê a construção de um novo circuito adutor em paralelo ao existente, com canal de adução, tomada d'água e casa de força com duas unidades geradoras de 11,5MW cada, totalizando o acréscimo de 23MW de potência instalada na usina, passando para 29,28MW.

Atualmente o projeto encontra-se em fase de obtenção de Licença Ambiental de Instalação junto ao Instituto de Meio Ambiente de SC – IMA/SC e em análise pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE.

Ampliação das Usinas Cedros e Palmeiras

Em 2018, a ANEEL dispensou o Estudo de Inventário Hidrelétrico do Rio para os projetos de Ampliação das Usinas Cedros e Palmeiras, conforme solicitado em 2016. Diante desta liberação, está prevista para 2019 a contratação da consolidação dos projetos básicos de ampliação das referidas Usinas, para posterior encaminhamento à ANEEL.

Ampliação CGH Caveiras – Registro e Estudo de Inventário

Foi protocolado na ANEEL, requerimento para a realização de estudos de inventário para o trecho do rio onde se encontra instalada a CGH Caveiras, com vistas a promover a ampliação da sua capacidade instalada.

Em 12 de dezembro de 2018, a Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração – SCG emitiu a Nota Técnica nº 565/2018, a fim de conceder à Celesc G o registro para revisão do inventário do rio Caveiras.

Notas Explicativas

Em 14 de dezembro de 2018, foi publicado o Despacho nº 3.005/2018, conferindo o registro de inventário à Celesc G, pelo prazo de 630 dias, contados da sua publicação.

O estudo de inventário do rio, o qual está em fase de contratação, é fundamental para o encaminhamento do projeto básico de ampliação para aprovação da ANEEL.

b) Concessões Prorrogadas

Concessão Usina Pery

A Usina Pery teve a sua concessão prorrogada por mais 30 anos, com vigência a partir 10 de julho de 2017, com a alocação integral da energia no regime de cotas da garantia física de energia e de potência. A indenização dos ativos não amortizados, referente à ampliação concluída em 2013 será paga à Celesc G ao longo do novo prazo de concessão, cujo regramento está em definição pela ANEEL.

2.1.2.3.2. Fator de Ajuste da Garantia Física

A Celesc G, assim como a maioria das geradoras no País, busca a suspensão do registro dos custos incorridos pelos geradores hidrelétricos, decorrentes da aplicação do *Generation Scaling Factor* – *GSF*, uma vez que a frustração da geração hidrelétrica no cenário atual decorre tanto de ordem estrutural quanto conjuntural. O *GSF* representa um índice que expressa a razão entre o somatório de toda a energia produzida pelas usinas hidrelétricas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, e o somatório das garantias físicas das usinas.

Desde agosto de 2015, a Celesc G detém liminar que determina à CCEE limitar a incidência do *GSF* ao percentual máximo de 5% do total da Garantia Física, inclusive afastando qualquer cobrança ou rateio decorrentes do Fator de Ajuste *GSF* ou provenientes de outros processos judiciais.

Em agosto de 2018 o Juízo competente para julgar a ação ordinária suscitou o Incidente de Demandas Repetitivas – IRDR perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, suspendendo o processo por 60 dias. Atualmente o IRDR está aguardando a admissão pelo TRF da 1ª Região. Caso restar admitido o IRDR, o Relator determinará a suspensão de todos os processos com a mesma matéria, pelo prazo máximo de 1 (um) ano. Julgado o IRDR a tese jurídica será aplicada pelos demais juízes aos casos idênticos em tramitação, ressalvando que existem outros IRDR's já instaurados sobre o mesmo objeto perante o TRF da 1ª Região.

O Governo Federal vem buscando alternativas para resolver o grande impasse de ordem jurídica vigente, que vem constituindo significativos impactos financeiros aos agentes do setor elétrico. Recentemente o governo lançou proposta de contrapartidas aos agentes de geração por intermédio da Medida Provisória nº 814/2018, a qual se encontra atualmente em tramitação no Congresso Nacional.

Neste contexto, a Celesc G está realizando análise estratégica quanto à atuação no caso, mantendo monitoramento permanente sobre o andamento do processo, bem como avaliação das movimentações de mercado, a fim de antecipar medidas, caso sejam necessárias.

2.2. Demais Participações

2.2.1. Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS

A Celesc detém 51% das ações ordinárias e 17% do capital social total da controlada em conjunto SCGÁS, empresa responsável pela distribuição de gás natural canalizado em Santa Catarina. Criada em 1994, atua como uma sociedade de economia mista e tem como acionistas: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc (17%); Petrobrás Gás S.A. – Gaspetro (41%), Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. – Mitsui Gás (41%) e Infraestrutura de Gás para a Região Sul S.A. – Infragás (1%).

A SCGÁS detém Contrato de Concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado firmado em 28 de março de 1994, com prazo de vigência de 50 anos.

Destaque-se que, em 2013, a Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina – PGE, representando o Governo do Estado de Santa Catarina e a Celesc, ajuizou ação de obrigação de fazer cumulada com ressarcimento autuada sob o nº 0011447-19.2013.8.24.0023, em face de SCGÁS, Petrobras Gás S.A. – Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda e Infragás S.A., questionando alteração no Capital Social e o Acordo de Acionistas de 1994, obtendo liminar favorável em juízo de 1º grau. Entretanto, os acionistas Mitsui Gás e Gaspetro ingressaram com agravos de instrumento, suspendendo os efeitos de tal liminar em 2ª instância, apresentado os recursos judiciais cabíveis.

O TJSC, por meio de acórdão da 3ª Câmara de Direito Público decidiu em 24 de abril de 2018, dar provimento aos recursos de Gaspetro, Mitsui e SCGÁS, reformando a sentença favorável ao Estado de Santa Catarina e a Celesc considerando legais as alterações estatutárias e acordo de acionista. Desta decisão o Estado de Santa Catarina interpôs Embargos de Declaração, os quais foram rejeitados em 06 de setembro de 2018. Na sequência, em 16 de outubro de 2018 o Estado de Santa Catarina interpôs Recursos Especial ao STJ e Extraordinário ao STF, assim como em 19 de outubro de 2018 a Celesc interpôs Recurso Especial

Notas Explicativas

ao STJ, sendo que no momento todos eles se encontram pendentes de apreciação pelo juízo de admissibilidade do TJSC antes de subirem aos Tribunais Superiores.

2.2.2. Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE

A coligada ECTE tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica, sendo constituída como sociedade anônima de capital fechado em 08 de agosto de 2000.

A ECTE detém a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, a partir de 1º de novembro de 2000, para implantação, manutenção e operação da Linha de Transmissão de 525kV, com 252,5km de extensão de linhas, entre as subestações de Campos Novos/SC e Blumenau/SC. A Celesc é detentora de 30,88% de participação no Capital Social total da ECTE, Alupar, com 50,02%, e a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA, com 19,10%.

O sistema ECTE integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da ANEEL, é de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, autorizado pelo Ministério de Minas e Energia – MME. A ECTE possui um subsidiária, a Empresa de Transmissão Serrana S.A. – ETSE, cujo Contrato de Concessão de transmissão de energia elétrica tem data de 10 de maio de 2012 com prazo de vigência de 30 anos, responsável pela construção das subestações Abdon Batista/SC (525kV/230kV) e Gaspar/SC (230kV/138kV).

2.2.3. Dona Francisca Energética S.A. – DFESA

A coligada DFESA é uma concessionária produtora independente de energia elétrica, com Contrato de Concessão de 28 de agosto de 1998, entrou em operação em 05 de fevereiro de 2001, com prazo de vigência de 35 anos a partir de 1998, com capacidade instalada de 125MW e energia assegurada de 80MW. A Celesc detém 23,03% do Capital Social total da empresa, Gerdau 51,82%, Copel 23,03% e Statkraft Energias Renováveis S.A. com 2,12%.

2.2.4. Usina Hidrelétrica Cubatão S.A. – Usina Cubatão

A Usina Cubatão, é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE, constituída em 1996, para implantação da Usina Hidrelétrica Cubatão. Empreendimento localizado em Joinville/SC, com potência instalada de 45MW. Após enfrentar entraves ambientais, indeferimento ao pleito de postergação do período de concessão e conseqüente inviabilidade econômica para o desenvolvimento do projeto, o empreendimento solicitou ao órgão regulador a rescisão amigável do Contrato de Concessão nº 04/1996 (Processo ANEEL nº 48100.003800/1995-89).

Por meio da Portaria nº 310, de 27 de julho de 2018, o Ministro de Estado de Minas e Energia, extinguiu a concessão para o Aproveitamento de Energia Hidráulica denominado UHE Cubatão, cadastrado com o Código Único do Empreendimento de Geração – CEG: UHE.PH.SC.027062-8.01. Reconhece, ainda, não haver bens reversíveis vinculados à concessão, nem ônus de qualquer natureza ao Poder Concedente ou à ANEEL.

A Celesc possui 40% do Capital Social da empresa, Inepar S.A. 40%, e a Statkraft Energias Renováveis S.A. 20%. O investimento na referida usina está integralmente provisionado como desvalorização em participação societária. A sociedade vem tratando dos aspectos societários para sua dissolução.

2.2.5. Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan

A Casan é uma sociedade de economia mista de capital aberto e possui a função de planejar, executar, operar e explorar os serviços de abastecimento de água potável em sua área de concessão, sendo a Celesc detentora de 15,48% do Capital Social total da empresa. O controle acionário é do Governo do Estado de Santa Catarina, que possui 64,21%, os demais investidores são: SC Participações e Parcerias S.A. – SC Par 18,03% e Codesc 2,28%. O investimento na Casan está classificado nas Demonstrações Financeiras da Companhia como Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

As bases de preparações aplicadas nestas Informações Trimestrais, Individuais e Consolidadas, são:

3.1. Declaração de Conformidade

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Notas Explicativas

A emissão das informações Financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria Executiva em 06 de maio de 2019.

3.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras Intermediárias, Individuais e Consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

3.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas podem causar ajustes relevantes nos valores patrimoniais e de resultado para os próximos períodos, impactando nas seguintes mensurações:

- a) Valor Justo de Instrumentos Financeiros; (Nota 5.7)
- b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD (Nota 11)
- c) Bonificação de Outorga; (Nota 13.2)
- d) *Impairment* de Ativos Não Financeiros; (Notas 17 e 18)
- e) Realização do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos; (Nota 20)
- f) Contingências; (Nota 27)
- g) Benefícios de Planos de Pensão (Passivo Atuarial); (Nota 28)
- h) Receita Não Faturada – Celesc D (Nota 31.1);
- i) Depreciação – Celesc G (Nota 18);
- j) Amortização do Ativo Indenizatório – Celesc D (Nota19).

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS

A base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, contemplando a adoção dos pronunciamentos contábeis vigentes a partir de 01 de janeiro de 2019.

4.1. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Ativos Financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA e ao Valor Justo por meio do Resultado – VJR reconhecidos no Balanço Patrimonial.

4.2. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

A Companhia revisou as suas políticas contábeis objetivando a melhor apresentação dos seus resultados operacional e financeiro. Para fins de comparabilidade, foram realizadas reclassificações nos valores correspondentes referentes a Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado e Demonstração do Valor Adicionado Consolidado do período findo em 31 de março de 2018, como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (*IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*), o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (*IAS 1 – Presentation of Financial Statements*) e o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária (*IAS 34 – Interim Financial Reporting*).

Essas reclassificações impactaram qualitativamente o Resultado da Companhia. Os efeitos dessas reapresentações são demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

4.2.1. Demonstração do Resultado do Período

Descrição	Consolidado		
	31 de março 2018	Reclassificação	31 de março 2018 (Reapresentado)
Receita Operacional Líquida – ROL (Nota 31.1)	1.774.828	(3.971)	1.770.857
Receita das Vendas e Serviços (i)	1.684.217	(3.971)	1.680.246
Receita de Construção – CPC 47	94.438	-	94.438
Receita Parcela A – CVA	(4.423)	-	(4.423)
Atualização do Ativo Financeiro – VNR	596	-	596
Custos de Vendas /Serviços Prestados (Nota 31.2)	(1.537.610)	3.508	(1.534.102)
Custo das Mercadorias Vendidas (Nota 4.3)	(1.281.966)	(463)	(1.282.429)
Custo dos Produtos Vendidos	(3.215)	-	(3.215)
Custo dos Serviços Prestados (i)	(157.991)	3.971	(154.020)
Custo de Construção – CPC 47	(94.438)	-	(94.438)
Lucro Bruto	237.218	(463)	236.755
Despesas Operacionais	(98.528)	-	(98.528)
Vendas (Nota 31.2)	(51.145)	-	(51.145)
Gerais e Administrativas (Nota 31.2)	(75.242)	-	(75.242)
Outras Receitas (Despesas), Líquidas (Nota 31.2)	23.309	-	23.309
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 17.b)	4.550	-	4.550
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	138.690	(463)	138.227
Receitas Financeiras (Nota 4.3 e Nota 31.3)	40.385	(1.383)	39.002
Despesas Financeiras (Nota 4.3 e Nota 31.3)	(60.184)	1.846	(58.338)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	118.891	-	118.891
IRPJ e CSLL Corrente	(45.754)	-	(45.754)
IRPJ e CSLL Diferido	(2.143)	-	(2.143)
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	70.994	-	70.994

4.2.2. Demonstração do Valor Adicionado

Descrição	Consolidado		
	31 de março 2018	Reclassificação	31 de março 2018 (Reapresentado)
Receitas	2.950.557	(3.971)	2.946.586
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços (i)	2.842.606	(3.971)	2.838.635
Receita de Construção – CPC 47	94.438	-	94.438
Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.629)	-	(8.629)
Outras Receitas	22.142	-	22.142
Insumos Adquiridos de Terceiros	(1.441.314)	3.508	(1.437.806)
Custos dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos (Nota 4.3)	(1.307.696)	(463)	(1.308.159)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros (i)	(39.180)	3.971	(35.209)
Custo de Construção – CPC 47	(94.438)	-	(94.438)
Valor Adicionado Bruto	1.509.243	(463)	1.508.780
Depreciação e Amortização	(53.214)	-	(53.214)
Valor Adicionado Líquido	1.456.029	(463)	1.455.566
Valor Adicionado Recebido em Transferência	44.935	(1.383)	43.552
Resultado de Equivalência Patrimonial	4.550	-	4.550
Receitas Financeiras (Nota 4.3)	40.385	(1.383)	39.002
Valor Adicionado a Distribuir	1.500.964	(1.846)	1.499.118
Pessoal	(152.313)	-	(152.313)
Remuneração Direta	(129.408)	-	(129.408)
Benefícios	(16.523)	-	(16.523)
FGTS	(6.382)	-	(6.382)
Impostos, Taxas e Contribuições	(1.213.139)	-	(1.213.139)
Federais	(675.671)	-	(675.671)
Estaduais	(535.204)	-	(535.204)
Municipais	(2.264)	-	(2.264)
Remuneração de Capital de Terceiros	(64.518)	1.846	(62.672)
Juros	(7.298)	-	(7.298)
Aluguéis	(4.334)	-	(4.334)
Variações Monetárias e Cambiais	(2.057)	-	(2.057)
Outras Despesas de Financiamentos (Nota 4.3)	(50.829)	1.846	(48.983)
Remuneração de Capitais Próprios	(70.994)	-	(70.994)
Lucro Retido do Período	(70.994)	-	(70.994)
Valor Adicionado Distribuído	(1.500.964)	1.846	(1.499.118)

(i) Em 2018 entrou em vigor o IFRS 15/CPC 47 – “Receita de Contratos com Clientes”. Com a adoção da nova norma, a Celesc D reclassificou R\$3.971 de Custo dos Serviços Prestados para Receita de Vendas e Serviço de Energia Elétrica, referente às penalidades DIC e FIC, reconhecendo a Receita de forma líquida de contraprestação variável.

Notas Explicativas

4.3. Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

A Companhia a partir de janeiro de 2019, passou registrar as variações cambiais referente às aquisições de energia elétrica para revenda oriundas de Itaipu na rubrica "Custo de Energia", por entender que se trata de valores que serão reconhecidos pela ANEEL na data do reajuste tarifário da Celesc D.

4.4. Novas Normas e Interpretações

4.4.1. IFRS 16/CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil

Em 01 de janeiro de 2019 entrou em vigor o *IFRS 16/CPC 06* – "Operações de Arrendamento Mercantil". Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas Demonstrações Financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O *IFRS 16* entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 01 de janeiro de 2019 e substitui o *IAS 17/CPC 06* – "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

4.4.2. IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro

Em 01 de janeiro de 2019 entrou em vigor o *IFRIC 23/ICPC 22* – "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro", que esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração da *IAS 12/CPC 32* – "Tributos sobre o Lucro" quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária.

A Companhia realizou uma análise pertinente aos assuntos e não identificou impactos significativos em suas Demonstrações Financeiras em decorrência da aplicação das novas normas.

Não há outras normas *IFRS* ou interpretações *IFRIC* que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia.

5. GESTÃO DE RISCO

A Diretoria de Planejamento e Controle Interno – DPL da Companhia desenvolve a gestão estratégica de riscos e controles internos, elaborando o mapa de riscos estratégicos, modelando estes riscos para mitigá-los por meio de planos de ação, objetivando, assim, o alcance das estratégias de longo prazo da Companhia.

5.1. Risco Financeiro

5.1.1. Risco de Crédito

Inadimplência

Risco de comprometimento do planejamento econômico financeiro pelo não recebimento da receita faturada, por deficiências de comunicação, entrega e cobrança em relação aos clientes.

5.1.2. Risco de Liquidez

Acesso a Capital de Terceiros

Risco da impossibilidade ou indisponibilidade de obter capital de terceiros junto ao mercado afetando o planejamento de caixa, execução das estratégias ou geração futura de retornos financeiros, pelo comprometimento da estrutura de capital.

Fluxo de Caixa

Risco de baixa liquidez financeira seja pela baixa arrecadação, impossibilidade de captação, inadimplência, excesso de despesas e/ou investimentos, para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

Notas Explicativas

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados em 31 de março de 2019.

Descrição	Taxas %						Consolidado
		Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um Ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Contas a Receber		1.527.499	51.933	33.132	41.346	6.886	1.660.796
Caixa e Equivalente de Caixa		746.057	-	-	-	-	746.057
Depósitos Judiciais		-	-	-	190.502	-	190.502
Subsídio CDE (*)		1.511.003	-	-	-	-	1.511.003
Ativo Financeiro – CVA		5.636	11.302	51.828	-	-	68.766
Bonificação Outorga	IPCA	2.746	5.424	24.150	108.854	194.712	335.886
Partes Relacionadas		-	-	3.102	-	-	3.102
Total Ativo		3.792.941	68.659	112.212	340.702	201.598	4.516.112
Empréstimos Bancário CDI	CDI + 1,25% a 1,30%	1.874	-	25.174	288.037	-	315.085
Empréstimo Bancário	7,40% a.a. a 7,67% a.a.	150.625	-	-	-	-	150.625
Eletrobras	5% a.a.	1.182	2.343	3.221	4.142	1.301	12.189
Finame	2,5% a 9,5% a.a.	745	1.331	6.015	18.227	165	26.483
Debêntures – Celesc D	CDI + 1,3% a.a. a 1,9% a.a.	3.728	102.917	16.790	243.121	-	366.556
Debêntures – Celesc G	CDI + 2,5% a.a.	-	863	35.207	119.334	-	155.404
Fornecedores		502.913	588.076	55	-	-	1.091.044
Encargos Setoriais – CDE		1.923.968	-	-	-	-	1.923.968
Passivo Financeiro – CVA		-	-	-	80.066	-	80.066
Reserva Mat. a Amortizar	IPCA + 6% a.a.	11.940	10.041	46.755	302.772	69.280	440.788
BID	Libor+Funding Margin+Lending Spread.a.a.a	4.352	-	-	-	375.648	380.000
Total Passivo		2.601.327	705.571	133.217	1.055.699	446.394	4.942.208

(*) Decreto nº 7.891/13)

Atuarial

Risco de perdas financeiras em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia, como patrocinadora do fundo de pensão de seus empregados, por definição de taxa atuarial equivocada, gestão inadequada, ou em desacordo com as práticas de mercado, ou ainda por flutuações inesperadas de variáveis de mercado.

5.1.3. Categoria Mercado

Risco de Empréstimos

Risco do vencimento antecipado de dívidas junto ao mercado financeiro devido ao não cumprimento dos *covenants* financeiros e não financeiros, estabelecidos nas cláusulas referentes aos contratos de empréstimos, financiamento e Debêntures.

5.2. Classe de Risco Operacional

5.2.1. Categoria Gestão

Planejamento e Orçamento

Risco de perdas pela ausência de sistemas especializados, simulação de cenários baseado em informações não confiáveis, premissas inadequadas e dificuldade de consolidação de informações para gerar planejamento e monitoramento do orçamento, comprometendo a expectativa, resultados e metas aprovados.

Contraparte

Risco de perdas e/ou dificuldade de execução de suas estratégias devido ao não cumprimento total ou parcial pela contraparte (fornecedores, prestadores de serviço, etc.) das cláusulas acordadas, expondo o Grupo a contingências, obrigações solidárias e perdas financeiras.

Investimentos

Risco de perdas por decisões de investimentos em desacordo com o alinhamento estratégico, pelo não cumprimento de cronogramas, taxas de retorno insuficientes e desembolsos imprevistos.

Faturamento

Risco de perdas financeiras provocadas pela falta de qualidade do faturamento, representada por faturamento pela média, leitura equivocada, fraude, falta de qualidade de equipamentos e de capacitação de equipe própria e de terceiros.

Notas Explicativas

5.2.2. Categoria Processo

Resguardo de Ativos

Risco de perdas financeiras decorrentes da falta de mecanismos de proteção, sinistros e/ou acessos não autorizados.

Perdas

Risco da redução de receita devido ao aumento de perdas técnicas e não técnicas da energia comercializada, em função da deficiência da infraestrutura dos sistemas de distribuição ou ainda por ineficiência de controle de fraudes e roubos.

Contratação de Energia da Distribuidora

Risco de não repasse tarifário integral do custo de energia contratada e penalidades devido a contratação fora dos limites regulatórios.

5.2.3. Categoria Risco de Produção de Energia Elétrica

Afluência Média

As Usinas da Celesc G são do tipo fio d'água ou com reservatórios relativamente pequenos, dependendo diretamente do regime pluviométrico.

Disponibilidade das Unidades Geradoras

Devido à idade avançada das usinas da Celesc G (idades de 50 a 109 anos), ao desgaste natural de peças e equipamentos e aos serviços de melhoria e modernização, a geração de energia é influenciada pela disponibilidade das unidades geradoras.

5.2.4. Pessoal

Saúde e Segurança

Risco de passivos trabalhistas, interdição das atividades e afastamento ou morte de trabalhadores provocados por não cumprimento de normas legais, ausência de treinamento e ausência de equipamentos de proteção adequados.

Gestão de Pessoas

Risco de perdas pela ausência de profissionais capacitados, limitações de contratações impostas pela legislação e mecanismos de retenção dos colaboradores dificultando o alcance dos objetivos estratégicos da Companhia.

Desenvolvimento de Pessoas

Risco de perdas provocado pela ausência ou incapacidade de promover o desenvolvimento dos profissionais, por meio de treinamentos e atualização das melhores práticas, tornando a "inteligência" disponível desatualizada e incapaz de desenvolver os desafios da estratégia.

5.2.5. Risco de Informação e Tecnologia

Acesso a Informações e Infraestrutura de TI

Risco de perdas ou danos decorrentes do acesso não autorizado a dados e informações críticas devido à políticas e parâmetros de segurança inadequados, ou má intenção de usuários, bem como pela capacidade de processamento de sistemas ou falhas/morosidades nas operações dos sistemas disponíveis e proteção inadequada/salvaguarda física dos ativos de rede.

5.3. Classe de Risco de Compliance

5.3.1. Categoria Regulatório/Legal

Socioambiental

Risco de perdas decorrentes de políticas e práticas ambientais e sociais em desacordo com a legislação (descumprimento deliberado, desconhecimento das leis e falhas operacionais), expondo a Companhia a atuação de órgãos fiscalizadores, não obtenção de licenças e desgaste de imagem.

Notas Explicativas

Revisão Tarifária

Risco de perdas na remuneração contida na Parcela B, que representa os custos gerenciáveis da Companhia, provocadas pelo não cumprimento das exigências regulatórias estabelecidas pela ANEEL ou por alterações na metodologia do processo de revisão tarifária, mais especificamente na valoração da Base de Remuneração Regulatória, resultando em Parcela B inferior ao esperado.

Extinção da Concessão

a) Distribuição de Energia

A Companhia assinou em 09 de dezembro de 2015 o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999 de distribuição de energia elétrica com vigência de 30 anos, no qual consta que nos primeiros 5 (cinco) anos haverá metas a serem alcançadas para indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira, condicionantes estas para a confirmação da prorrogação da concessão.

Os indicadores de qualidade técnicos: redução no DEC da Celesc D tem de chegar a 9% e em 2020 – prazo limite dado pela ANEEL para comprovação plena dos ajustes – o patamar passa a ser de 25% de redução. Seguindo o ritmo histórico, a redução desse indicador deverá ser de 5% ao ano.

ANO	GESTÃO ECONÔMICA FINANCEIRA	INDICADORES DE QUALIDADE (LIMITE ESTABELECIDO)		VERIFICAÇÃO
		DECi ¹	FECi ²	
2016		14,77	11,04	ATENDIDO
2017	LAJIDA>0	13,79	10,44	ATENDIDO
2018	{LAJIDA (-) QRR}≥0	12,58	9,84	ATENDIDO
2019	{DIVIDA LIQUIDA/[LAJIDA (-)QRR ³]}≤1/0,8*SELIC ⁴	11,56	9,25	
2020	DIVIDA LIQUIDA/{LAJIDA (-)QRR}<1/1,11*SELIC	11,30	8,65	

¹ DECi - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora;

² FECi - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora;

³ QRR - Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica – RTP, acrescida do IGP-M entre o mês anterior ao da RTP e o mês anterior ao do período de 12(doze) meses da aferição de sustentabilidade econômico-financeira;

⁴ Selic - limitada a 12,87% a.a.

b) Geração de Energia

Risco de extinção da prorrogação do Contrato de Concessão da PCH Celso Ramos em decorrência da obrigatoriedade da entrada em operação comercial até 2021 de duas novas unidades geradoras a serem construídas pela Celesc G.

Regulação do Setor Elétrico

Risco de exposição a sanções administrativas aplicadas pela ANEEL diante da inadequação dos processos internos, perda de valor em função de alterações na legislação que sejam desalinhadas com interesses estratégicos da Companhia, e exposição às políticas governamentais definidas para o setor, bem como às interferências de órgãos externos.

Tributário

Risco de perdas pelo não cumprimento da legislação, pela incorreta interpretação das regras ou por contabilização indevida ou ainda por mudança intempestiva da legislação tributária.

Fraude

Risco de perdas financeiras, danos à imagem, queda de qualidade dos serviços e sanções legais devido a ocorrências de fraudes, internas ou externas, causadas por empregados ou terceiros, devido a falhas de controle ou conluio.

Ações Judiciais

Risco de perdas provocado por práticas em desacordo com a legislação brasileira e Termos de Ajustamento de Conduta – TAC ou deficiências internas que dificultam ou impossibilitam a construção de defesa.

Notas Explicativas

5.4. Risco Estratégico

5.4.1. Risco de Governança

Imagem

Risco de queda no nível de reputação da Companhia perante os principais *stakeholders*.

5.4.2. Risco de Estratégia

Gestão Estratégica

Risco de planejamento estratégico inadequado em relação a realidade de mercado e contexto interno, e tomada de decisões desalinhadas com os objetivos traçados.

Cenário Político e Estratégico

Risco de impacto nas atividades do grupo, decorrentes de alterações de diretrizes políticas, nas esferas estadual, federal e mundial, assim como decisões que possam impactar no planejamento estratégico da Companhia.

5.5. Análise de Sensibilidade Adicional Requerida pela CVM

Apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos de taxas de juros que podem gerar efeitos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de março de 2019:

Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	Saldo	Consolidado		
			(Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI (%)			6,43%	8,04%	9,65%
	Aplicações Financeiras (Nota 9)	612.839	39.406	49.272	59.139
	Empréstimos (Nota 23)	(301.873)	(19.410)	(1.248)	(80)
	Debêntures (Nota 24)	(503.574)	(32.380)	(40.487)	(48.595)
SELIC			6,70%	8,38%	10,05%
	Passivo Financeiro – CVA (Nota 13.1)	(639)	(43)	(54)	(64)
	Parcelamento CDE (Nota 26)	(393.054)	(26.335)	(32.938)	(39.502)
IPCA (%)			4,58%	5,73%	6,87%
	Ativo Indenizatório (Concessão) em Serviço (Nota 14)	197.227	9.033	11.301	13.549
	Bonificação de Outorga (Nota 13.2)	284.867	13.047	16.323	19.570
	Reserva Matemática a Amortizar (Nota 6)	(413.647)	(18.945)	(23.702)	(28.418)

5.6. Gestão de Capital

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à Dívida Líquida dividida pelo Capital Total.

A Dívida Líquida, por sua vez, corresponde ao total de Empréstimos e Financiamentos, (incluindo empréstimo de curto e longo prazo) e Debêntures, subtraído do montante de Caixa e Equivalentes de Caixa. O capital total é apurado por meio da soma do Patrimônio Líquido com a Dívida Líquida.

Notas Explicativas

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2019	31 de dezembro 2018
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional (Nota 23)	489.061	645.348
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira (Nota 23)	316.387	273.453
Debêntures (Nota 24)	503.574	501.262
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 9)	(746.057)	(698.060)
Dívida Líquida	562.965	722.003
Total do Patrimônio Líquido	1.879.785	1.800.856
Total do Capital	2.442.750	2.522.859
Índice de Alavancagem Financeira (%)	23.05%	28.62%

5.7. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos Passivos Financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 46 – Mensuração ao Valor Justo para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração (Nível 1).

Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços (Nível 2).

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de março de 2019. O valor contábil é próximo ao valor justo dos ativos e passivos financeiros. A Companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

Descrição – Nível 3	Consolidado	
	31 de março 2019	31 de dezembro 2018
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA		
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 10)	137.261	137.261
Outros	217	217
Valor Justo por Meio do Resultado – VJR		
Ativo Indenizatório - Concessão (Nota 14)	423.377	441.030
Total do Ativo	560.855	578.508

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

a) Abordagem de Mercado; b) Abordagem de Custo; c) Abordagem de Receita; d) Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Notas Explicativas

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros por categoria em 31 de março de 2019.

Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Consolidado
				Total
Ativo	5.112.061	423.377	137.478	5.672.916
Caixa e Equivalentes de Caixa	746.057	-	-	746.057
Contas a Receber de Clientes	2.309.086	-	-	2.309.086
Partes Relacionadas	3.102	-	-	3.102
Depósitos Judiciais	190.502	-	-	190.502
Subsídio CDE (*)	1.511.003	-	-	1.511.003
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	137.261	137.261
Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	-	423.377	-	423.377
Ativo Financeiro – CVA	67.444	-	-	67.444
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	284.867	-	-	284.867
Outros	-	-	217	217
Passivo	4.751.033	-	-	4.751.033
Fornecedores	1.091.044	-	-	1.091.044
Eletrobrás	11.361	--	-	11.361
Empréstimos Moeda Nacional	477.700	-	-	477.700
Empréstimo Moeda Estrangeira	316.387	-	-	316.387
Debêntures	503.574	-	-	503.574
Partes Relacionadas	13.352	-	-	13.352
Reserva Matemática a Amortizar	413.647	-	-	413.647
Encargos Setoriais – CDE	1.923.968	-	-	1.923.968

(*) Decreto nº 7.891/13

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2018.

Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Consolidado
				Total
Ativo	5.206.281	441.030	137.478	5.784.789
Caixa e Equivalentes de Caixa	698.060	-	-	698.060
Contas a Receber de Clientes	2.289.499	-	-	2.289.499
Partes Relacionadas	3.092	-	-	3.092
Depósitos Judiciais	170.350	-	-	170.350
Subsídio CDE (*)	1.511.003	-	-	1.511.003
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	137.261	137.261
Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	-	441.030	-	441.030
Ativo Financeiro – CVA	253.259	-	-	253.259
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	281.018	-	-	281.018
Outros	-	-	217	217
Passivo	4.937.199	-	-	4.937.199
Fornecedores	1.006.854	-	-	1.006.854
Eletrobrás	14.865	--	-	14.865
Empréstimos	630.483	-	-	630.483
BID	273.453	-	-	273.453
Debêntures	501.262	-	-	501.262
Partes Relacionadas	15.763	-	-	15.763
Reserva Matemática a Amortizar	424.593	-	-	424.593
Encargos Setoriais – CDE	2.069.926	-	-	2.069.926

(*) Decreto nº 7.891/13

7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas de cessão de limites de crédito.

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2019	31 de dezembro 2018
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	783.045	800.485
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	845.790	810.699
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	680.251	678.315
Total	2.309.086	2.289.499

Notas Explicativas

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente, conta correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

8. ESTOQUES

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2019	31 de dezembro 2018
Almojarifado	10.647	8.494
Outros	138	142
Total	10.785	8.636

Os estoques são compostos por materiais, no almojarifado, destinados principalmente à manutenção das operações de distribuição de energia.

9. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2019	31 de dezembro 2018	31 de março 2019	31 de dezembro 2018
Recursos em Banco e em Caixa	306	308	133.218	120.960
Aplicações Financeiras	17.312	16.455	612.839	577.100
	17.618	16.763	746.057	698.060

As Aplicações Financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a Operações Compromissadas e Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 99,6% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os investimentos temporários classificados em ativos não circulantes são mensurados a valor justo.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2019	31 de dezembro 2018	31 de março 2019	31 de dezembro 2018
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)				
Ações Casan	137.261	137.261	137.261	137.261
Outros Investimentos	217	217	217	217
Não Circulante	137.478	137.478	137.478	137.478

10.1. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

A Companhia possui 55.364.810 Ações Ordinárias – ON, e 55.363.250 Ações Preferenciais – PN, representando 15,48% do Capital Social da Casan. Por não possuir influência significativa na Casan a Companhia mensurou o valor justo de sua participação acionária no investimento temporário, adotando o método do fluxo de caixa descontado para avaliação anual do referido investimento. O custo histórico de aquisição das ações da Casan é de R\$110.716.

Para o cálculo do *valuation* o período de projeção adotado é de 17 anos (até 2035), com valor terminal (fluxo dos últimos 12 meses de projeção). A taxa de desconto usada foi WACC nominal de 11,99% a.a., com taxa de crescimento a longo prazo (perpetuidade) nominal de 3,75% a.a. (meta central de inflação a partir de 2021). O custo da dívida após os impostos é de 7,13% a.a. e o custo do capital próprio de 16,3% a.a.

Por não haver participante no mercado ativo e por se tratar de uma estimativa com diversas variáveis, que não resultaram em acréscimos relevantes, a Companhia não alterou o valor justo desse instrumento financeiro em 31 de março de 2019.

Notas Explicativas

Conciliação do Valor Contábil

Descrição	Controladora	Consolidado
	Total	Total
Em 31 de dezembro de 2017	137.261	137.261
Custo Histórico de Aquisição	110.716	110.716
Valor Justo	26.545	26.545
Em 31 de dezembro de 2018	137.261	137.261
Custo Histórico de Aquisição	110.716	110.716
Valor Justo	26.545	26.545
Em 31 de março de 2019	137.261	137.261

11. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Saldos a Vencer	Consolidado			
		Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31 de março 2019	31 de dezembro 2018
Consumidores	1.148.847	311.971	601.488	2.062.306	2.069.889
Residencial	493.216	189.298	98.358	780.872	695.610
Industrial	187.098	42.633	356.599	586.330	654.692
Comércio, Serviços e Outros	280.923	60.211	97.735	438.869	434.188
Rural	65.158	16.925	21.414	103.497	120.665
Poder Público	65.195	2.657	9.318	77.170	79.428
Iluminação Pública	30.461	199	16.741	47.401	52.654
Serviço Público	26.796	48	1.323	28.167	32.652
Suprimento a Outras Concessionárias	165.374	10.200	71.206	246.780	219.610
Concessionárias e Permissionárias	156.497	9.595	20.226	186.318	128.667
Transações no Âmbito da CCEE	8.877	-	26.973	35.850	62.769
Outros Créditos	-	605	24.007	24.612	28.174
Total	1.314.221	322.171	672.694	2.309.086	2.289.499
PECLD com Clientes (b)				(648.290)	(645.172)
Total Contas a Receber de Clientes - Líquido				1.660.796	1.644.327
			Circulante	1.612.564	1.592.693
			Não Circulante	48.232	51.634

PECLD – Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa.

b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

As perdas estimadas sobre os valores vencidos são constituídas em virtude de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Celesc G, além das inadimplências geradas pelos contratos bilaterais, está sujeita às inadimplências ocorridas no Mercado de Energia Elétrica do Sistema Interligado Nacional, nas quais estas são gerenciadas e contabilizadas pela CCEE e são rateadas entre os agentes de mercado.

A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2019	31 de dezembro 2018
Consumidores		
Residencial	101.279	101.233
Industrial	220.676	225.637
Têxtil (i)	114.614	114.614
Comércio, Serviços e Outras	94.295	92.933
Rural	19.441	18.271
Poder Público	11.132	11.287
Iluminação Pública	16.133	15.862
Serviço Público	1.331	1.321
Concessionárias e Permissionárias (ii)	29.407	31.469
Consumidores Livres	16.110	8.829
Outros	23.872	23.716
Total	648.290	645.172
Circulante	533.677	530.558
Não Circulante	114.613	114.614

Notas Explicativas

b.1) Movimentação

Descrição	Consolidado
	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2018	645.172
Provisão Constituída no Período	6.003
Baixas de Contas a Receber	(2.885)
Saldo em 31 de março de 2019	648.290

(i) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com o Setor Têxtil

No ano de 2009 a Celesc D efetuou um plano de ação de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A., Tecelagem Kuehnrich S.A. – TEKA e Têxtil Renaux View S.A..

Em 2011, a Buettner S.A. entrou em recuperação judicial e com base na probabilidade de recuperação desses valores ser remota, a Celesc D provisionou o montante de R\$18.231. Em 2017, a Celesc D, considerando a possibilidade de não receber os valores da empresa, reverteu o provisionamento realizado em 2011 e lançou para perdas o montante de R\$18.231.

Ainda em 2011, a Companhia Industrial Schlösser S.A. também entrou em recuperação judicial sendo provisionado em 2012 o montante de R\$16.888. Em 2017 a Celesc D recebeu referente a recuperação judicial o montante de R\$3.283, valor este revertido da provisão.

Em 2012, a TEKA deu entrada no pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. O plano de recuperação foi aprovado pela maioria dos credores, a Celesc D votou pela não aprovação e sim pela falência da empresa. Como a probabilidade de recebimento do crédito é remota na avaliação da Administração, foi constituído provisão da totalidade do valor, ou seja, de R\$55.794.

Em relação à Companhia Têxtil RenauxView S.A., a Celesc D, considerando a inadimplência da dívida referente ao contrato de parcelamento, e em virtude da remota possibilidade de recebimento constituiu provisão da totalidade do valor a receber no montante de R\$45.215.

b.2) Movimentação da PECLD – Setor Têxtil

A composição, por empresa está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Montante
Têxtil RenauxView S.A.	45.215
Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	55.794
Companhia Industrial Schlösser S.A	13.604
Saldo em 31 de dezembro de 2018	114.613
Provisão Constituída no Período	-
Reversão no Período	-
Saldo em 31 de março de 2019	114.613

(ii) Decisão Judicial do Fator de Ajuste da *Generation Scaling Factor* – GSF

Os valores referentes aos ajustes das medidas liminares acerca do *GSF* nos relatórios dos resultados da contabilização do mercado de curto prazo, emitido pela CCEE, referentes à Celesc G são no importe de R\$26.973 em 31 de março de 2019.

Do montante total, foi revertido no primeiro trimestre de 2019 o valor de R\$2.062 devido ao seu recebimento.

b.3) Movimentação da PECLD da GSF

Descrição	Consolidado
	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2018	29.035
Provisão Constituída no Período	-
Reversão no Período (Baixa no Contas a Receber)	(2.062)
Saldo em 31 de março de 2019	26.973

Notas Explicativas

12. OUTROS ATIVOS – CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Consolidado	
	31 de março 2019	31 de dezembro 2018
Outros Créditos a Receber		
Circulante	221.149	221.505
Pessoal a Disposição	1.883	2.888
Adiantamento Proinfa	17.098	17.098
Adiantamentos Diversos	8.006	334
PIS/COFINS/ICMS Substituição Tributária	57.976	51.778
Compartilhamento de Infraestrutura	29.317	10.441
Conta Bandeiras	4.149	13.210
Programa Baixa Renda	50.309	50.240
Eletrosul (i)	32.573	34.643
Outras Contas	19.838	40.873
Não Circulante	3.141	2.725
Outras Contas	3.141	2.725
Total	224.290	224.230

(i) Despacho ANEEL nº 4.171/2017 referente a valores a receber da Eletrosul (Nota 31.2 – c)

13. ATIVO/PASSIVO FINANCEIRO

13.1. Parcela A – CVA

Ativos/Passivos Financeiros – CVA	Consolidado								
	31 de dezembro 2018	Adição	Amortização	Remuneração	31 de março 2019	Amortização	Consti- tuição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	906.684	49.127	(198.449)	6.252	763.614	282.236	481.378	603.155	160.459
Energia	751.541	63.408	(152.557)	5.938	668.330	216.970	451.360	517.877	150.453
Proinfa	5.295	7.737	(1.974)	87	11.145	2.807	8.338	8.366	2.779
Transporte Rede Básica	61.940	6.491	(22.702)	126	45.855	32.287	13.568	41.332	4.523
Transporte de Energia	16.027	2.069	(4.164)	101	14.033	5.921	8.112	11.329	2.704
CDE	41.303	-	(17.052)	-	24.251	24.251	-	24.251	-
Neutralidade da Parcela A	30.578	(30.578)	-	-	-	-	-	-	-
CVA Passiva	(653.425)	(231.496)	127.685	(7.017)	(764.253)	(181.353)	(582.900)	(535.711)	(228.542)
Sobrecontratação Energia	(68.155)	-	18.119	(379)	(50.415)	(25.769)	(24.646)	(42.200)	(8.215)
ESS (*)	(345.759)	(59.309)	75.979	(2.904)	(331.993)	(108.058)	(223.935)	(257.348)	(74.645)
CDE	(88.238)	(47.379)	-	(1.499)	(137.116)	-	(137.116)	(91.411)	(45.705)
Neutralidade da Parcela A	(12.529)	(107.251)	5.173	(1.059)	(115.666)	(7.357)	(108.309)	(79.563)	(36.103)
Devoluções Tarifárias	(99.383)	(17.557)	12.164	(1.176)	(105.952)	(17.058)	(88.894)	(42.078)	(63.874)
Outros	(39.361)	-	16.250	-	(23.111)	(23.111)	-	(23.111)	-
Saldo Ativa/(Passiva)	253.259	(182.369)	70.764	(765)	(639)	100.883	(101.522)	67.444	(68.083)

(*) Encargos de Serviços do Sistema

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2019	31 de dezembro 2018
CVA 2018 – Período de 23.08.2017 a 22.08.2018	174.178	296.648
CVA 2019 – Período de 23.08.2018 a 22.08.2019	120.327	145.461
Total – CVA	294.505	442.109
Outros Itens – Período de 23.08.2017 a 22.08.2018	(73.294)	(175.601)
Outros Itens – Período de 23.08.2018 a 22.08.2019	(221.850)	(13.249)
Total – Outros Itens – CVA	(295.144)	(188.850)
Total	(639)	253.259

13.2. Bonificação de Outorga

A Celesc G pagou em 2016 R\$228,6 milhões a título de Bonificação de Outorga – BO referente às novas concessões das Usinas Garcia, Bracinho, Palmeiras, Cedros e Salto. Esse montante está incluso na tarifa dessas usinas e será ressarcido pelos consumidores ao longo de 30 anos com reajuste anual pelo IPCA, conforme definido pela ANEEL.

O saldo do ativo financeiro para cada uma das usinas é calculado pelo valor pago:

- Deduzindo-se o valor mensal recebido de Retorno de Bonificação de Outorga – RBO, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.421, de 17 de julho de 2018;
- Somando-se os juros mensais calculados com base na Taxa de Juros Efetiva – TIR;
- Somando-se a atualização monetária pelo IPCA, estabelecido pelo Contrato de Concessão.

Notas Explicativas

Descrição	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras	Consolidado
						Total
Em 31 de dezembro de 2018	40.947	58.666	44.826	26.966	109.613	281.018
Atualização Monetária	594	851	651	390	1.595	4.081
Juros	1.217	1.767	1.306	911	2.870	8.071
Amortização/Baixa	(1.249)	(1.804)	(1.339)	(918)	(2.993)	(8.303)
Em 31 de março de 2019	41.509	59.480	45.444	27.349	111.085	284.867
					Circulante	31.893
					Não Circulante	252.974

14. ATIVO INDENIZATÓRIO – CONCESSÃO

Descrição	Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)	420.956	438.609
Em Serviço	197.227	183.762
Em Curso	223.729	254.847
Ativo de Concessão – Geração de Energia (b)	2.421	2.421
Ativo Indenizatório	2.421	2.421
Total Não Circulante	423.377	441.030

a) Ativo de Concessão – Distribuição de Energia

Em função da prorrogação do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, a Celesc D bifurcou seus bens vinculados à concessão em ativo intangível e ativo indenizável.

Com base na Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão foi registrado no Ativo Intangível, sendo constituída pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das obrigações especiais (participações de consumidores).

Descrição	Consolidado
	Montante
Em 31 de dezembro de 2018	438.609
(+) Novas Aplicações	12.176
(+/-) Variação do Ativo Imobilizado em Curso – AIC	(31.118)
(+) Ajuste VNR (i)	1.309
(-) Resgate	(20)
Em 31 de março de 2019	420.956

(i) A Celesc D reconheceu até 31 de março de 2019, o montante de R\$1.309, referente à atualização do ativo financeiro de concessão de distribuição de energia elétrica pelo Valor Novo de Reposição – VNR.

A Celesc D atualiza sua Base de Remuneração Regulatória – BRR, a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica, pelo IPCA em atendimento ao Procedimento de Regulação Tarifária – PRORET, Submódulo 2.3.

b) Ativo de Concessão – Geração de Energia

A Celesc G requereu ao poder concedente ao final das concessões das Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, a título de indenização, conforme critérios e procedimentos para cálculo estabelecidos pela Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, os investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão, por possuir direito incondicional de ser indenizada, conforme previsto em contrato.

Investimentos em Usinas	Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Usina Bracinho	85	85
Usina Cedros	195	195
Usina Salto	1.906	1.906
Usina Palmeiras	235	235
Total	2.421	2.421

Notas Explicativas

15. TRIBUTOS A RECUPERAR

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2019	31 de dezembro 2018	31 de março 2019	31 de dezembro 2018
ICMS	-	-	45.658	44.461
PIS e COFINS	2	-	21.233	21.234
IRPJ e CSLL	1.600	1.600	44.214	16.195
Outros	384	325	2.643	2.466
Total	1.986	1.925	113.748	84.356
Circulante	1.986	1.925	87.305	63.264
Não Circulante	-	-	26.443	21.092

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no Ativo Não Circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

O saldo de PIS e COFINS é composto, principalmente, por pagamentos a maior relativos ao pedido de liminar deferida pela Justiça Federal referente ao processo de reconhecimento de exposição involuntária (Nota 27).

Os saldos de IRPJ e CSLL são compostos substancialmente por valores pagos antecipadamente e por reduções na fonte por imposto de renda sobre aplicações financeiras e serão realizados no curso normal das operações.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração em 2018. Os saldos contabilizados em partes relacionadas no ativo e passivo circulante e não circulante e a movimentação no resultado do período são:

a) A tabela abaixo apresenta a movimentação no resultado do período.

Descrição	Controladora	Tributos/Deduções da Receita		Consolidado
	Receitas Financeiras	Receita de Vendas	Receita de Vendas	Receitas Financeiras
Governo do Estado de SC:				
ICMS	-	535.193	20.854	-
Rede Subterrânea (i)	19	-	-	19
Em 31 de março de 2018	19	535.193	20.854	19
Em 31 de março de 2019				
Governo do Estado de SC:				
ICMS	-	670.364	-	-
Receita de Vendas	-	-	25.011	-
Rede Subterrânea (i)	10	-	-	10
Em 31 de março de 2019	10	670.364	25.011	10

b) A tabela abaixo apresenta os Saldos e Transações no período.

Descrição	Controladora	Tributos a Recolher		Contas Receber por Vendas	Outros Créditos de Partes Relacionadas	Consolidado
	Outros Créditos de Partes Relacionadas	Tributos a Recolher	Tributos a Recuperar	Contas Receber por Vendas	Outros Créditos de Partes Relacionadas	Outros Passivos de Partes Relacionadas
Governo do Estado de SC						
ICMS	-	156.601	44.461	-	-	-
Contas a Receber	-	-	-	9.601	-	-
Rede Subterrânea (i)	2.604	-	-	-	2.604	-
	-					
Rondinha Energética S.A.						
Dividendos	-	-	-	-	488	-
Celos						
Contrib. Mensais, Plano Saúde, outros	-	-	-	-	-	15.763
Em 31 de dezembro de 2018	2.604	156.601	44.461	9.601	3.092	15.763
Governo do Estado de SC						
ICMS	-	127.758	45.658	-	-	-
Contas a Receber	-	-	-	9.040	-	-
Rede Subterrânea (i)	2.614	-	-	-	2.614	-
Rondinha Energética S.A.						
Dividendos	-	-	-	-	488	-
Celos						
Contrib. Mensais, Plano Saúde, outros	-	-	-	-	-	13.352
Em 31 de março de 2019	2.614	127.758	45.658	9.040	3.102	13.352

Notas Explicativas

(i) Rede Subterrânea

Em 1995, a Companhia firmou Convênio nº 007/1995, Termo de Cooperação Técnica, com o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura de Florianópolis para implantação de rede subterrânea de energia elétrica no centro de Florianópolis. A Companhia recebeu do Acionista, Governo do Estado de Santa Catarina, o Ofício GAB/GOV nº 67/2016, datado de 23 de junho de 2016, autorizando a efetuar a retenção dos proventos oriundos dos dividendos do exercício de 2015, a serem recebidos pelo acionista para abatimento do débito e, autoriza ainda, a deduzir o saldo remanescente em exercícios subsequentes até a extinção do referido débito. Em 31 de março 2019 o valor remanescente e atualizado monetariamente era de R\$2.614.

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

A remuneração dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF, Comitê de Auditoria Estatutário – CAE e Diretoria Executiva) está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2019	31 de março 2018	31 de março 2019	31 de março 2018
Administradores				
Honorários	1.401	1.228	1.401	1.228
Participação nos Lucros e/ou Resultados	-	-	-	-
Passivo Atuarial	-	43	-	43
Encargos Sociais	338	351	338	351
Outros	59	6	59	6
Total	1.798	1.628	1.798	1.628

17. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2019	31 de dezembro 2018	31 de março 2019	31 de dezembro 2018
Controladas	1.516.230	1.443.925	-	-
Celesc D	1.033.595	981.299	-	-
Celesc G	482.635	462.626	-	-
Controladas em Conjunto	85.872	82.746	85.872	82.746
SCGÁS	85.872	82.746	85.872	82.746
Coligadas	95.323	89.884	150.912	145.917
ECTE	64.246	60.739	64.246	60.739
DFESA	31.077	29.145	31.077	29.145
SPEs	-	-	55.589	56.033
Cubatão	3.353	3.353	3.353	3.353
(-) Provisão p/ Perda no Investimento Cubatão	(3.353)	(3.353)	(3.353)	(3.353)
Total	1.697.425	1.616.555	236.784	228.663

a) Informações sobre Investimentos

Descrição	Milhares de Ações da Companhia		Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Controladora Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício/Período
	Ordinárias		Capital Social	Capital Votante			
Em 31 de dezembro de 2018							
Celesc D	630.000		100,00%	100,00%	981.299	8.900.025	121.510
Celesc G	43.209		100,00%	100,00%	462.626	665.427	51.242
ECTE	13.001		30,88%	30,88%	196.664	356.520	41.952
SCGÁS	1.827		17,00%	51,00%	268.672	497.765	(21.198)
DFESA	153.382		23,03%	23,03%	126.549	134.141	43.369
Cubatão	1.600		40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)
Em 31 de março de 2019							
Celesc D	630.000		100,00%	100,00%	1.033.595	8.875.740	52.296
Celesc G	43.209		100,00%	100,00%	482.635	674.480	20.009
ECTE	13.001		30,88%	30,88%	208.019	424.975	44.056
SCGÁS	1.827		17,00%	51,00%	289.218	521.066	20.545
DFESA	153.382		23,03%	23,03%	134.937	142.374	10.929
Cubatão	1.600		40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)

Notas Explicativas

Descrição	Consolidado						
	Milhares de Ações da Companhia		Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício/Período
	Ordinárias		Capital Social	Capital Votante			
Em 31 de dezembro de 2018							
ECTE	13.001		30,88%	30,88%	196.664	356.520	41.952
SCGÁS	1.827		17,00%	51,00%	268.672	497.765	(21.198)
DFESA	153.382		23,03%	23,03%	126.549	134.141	43.369
Cubatão	1.600		40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)
Rondinha Energética S.A.	15.113		32,50%	32,50%	41.201	57.762	2.699
Painel Energética S.A.	4.745		32,50%	32,50%	5.660	5.661	(14)
Campo Belo Energética S.A.	1.349		20,43%	20,43%	6.137	6.550	(17)
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035		26,07%	26,07%	46.542	61.780	6.472
Xavantina Energética S.A.	266		40,00%	40,00%	24.318	39.802	(1.300)
Garça Branca Energética S.A.	22.228		49,00%	49,00%	36.255	65.845	(2.982)
EDP Transmissão Aliança SC	1.300		10,00%	10,00%	15.860	1.444.585	3.909
Em 31 de março de 2019							
ECTE	13.001		30,88%	30,88%	208.019	424.975	44.056
SCGÁS	1.827		17,00%	51,00%	289.218	521.066	20.545
DFESA	153.382		23,03%	23,03%	134.937	142.374	10.929
Cubatão	1.600		40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)
Rondinha Energética S.A.	15.113		32,50%	32,50%	39.937	57.966	(1.264)
Painel Energética S.A.	4.745		32,50%	32,50%	5.660	5.661	-
Campo Belo Energética S.A.	1.349		20,43%	20,43%	6.137	6.550	-
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035		26,07%	26,07%	47.606	62.279	1.064
Xavantina Energética S.A.	266		40,00%	40,00%	24.352	39.638	34
Garça Branca Energética S.A.	22.228		49,00%	49,00%	35.407	64.541	(230)
EDP Transmissão Aliança SC	1.300		10,00%	10,00%	16.768	1.256.603	1.621

b) Movimentação dos Investimentos

Descrição	Controladora					
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	Total
Em 31 de dezembro de 2018						
Dividendos e JCP Creditados	-	-	(3.402)	-	(585)	(3.987)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	-	(367)	-	(367)
Resultado de Equivalência Patrimonial	52.296	20.009	650	3.493	2.517	78.965
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	-	-	-	-	-	-
Ajuste Adoção Inicial CPC 47(i)	-	-	6.259	-	-	6.259
Em 31 de março de 2019	1.033.595	482.635	64.246	85.872	31.077	1.697.425

(i) Efeito Líquido da Adoção Inicial do CPC 47

Descrição	Consolidado				
	ECTE	SCGÁS	DFESA	SPEs	Total
Em 31 de dezembro de 2018					
Integralizações	-	-	-	-	-
Dividendos e JCP Creditados	(3.402)	-	(585)	22	(3.965)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	(367)	-	-	(367)
Resultado de Equivalência Patrimonial	650	3.493	2.517	(466)	6.194
Outros Ajustes	6.259	-	-	-	6.259
Em 31 de março de 2019	64.246	85.872	31.077	55.589	236.784

c) Aquisição do Direito de Uso de Concessão

O saldo do Direito de Uso de Concessão gerado na aquisição da SCGÁS em 31 de março de 2019 é de R\$36.705 (R\$37.072 em 31 de dezembro de 2018). O Direito de Uso de Concessão é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

Notas Explicativas

18. IMOBILIZADO

18.1. Composição do Saldo

Descrição	Consolidado						Total
	Terrenos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento (i)	
Em 31 de dezembro de 2018	3.879	12.519	29.844	83.039	550	30.235	160.066
Custo do Imobilizado	20.202	169.867	49.895	167.109	1.912	30.235	439.220
Provisão para Perdas	(8.995)	(25.445)	(2.938)	(6.589)	81	-	(43.886)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(131.903)	(17.113)	(77.481)	(1.443)	-	(235.268)
Em 31 de dezembro de 2018	3.879	12.519	29.844	83.039	550	30.235	160.066
Adições	-	-	-	-	-	390	390
Baixas Saldo Bruto	-	-	-	(93)	-	-	(93)
Baixas Depreciação	-	-	-	6	-	-	6
Depreciação	-	(95)	(191)	(800)	(27)	-	(1.113)
(+/-) Transferências	-	-	-	3.396	-	(3.396)	-
Reversão/Perda Recuperabilidade de Ativos	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de março de 2019	3.879	12.424	29.653	85.548	523	27.229	159.256
Custo do Imobilizado	20.202	169.867	49.895	170.418	1.798	27.229	439.409
Provisão para Perdas	(8.995)	(25.445)	(2.938)	(6.589)	81	-	(43.886)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(131.998)	(17.304)	(78.281)	(1.356)	-	(236.267)
Em 31 de março de 2019	3.879	12.424	29.653	85.548	523	27.229	159.256
Taxa Média de Depreciação	0%	3,40%	2,18%	2,77%	12,56%	0,00%	

(i) No 1º trimestre de 2019 a Companhia concluiu R\$3.394 dos projetos em andamento, estando previsto para o 2º trimestre de 2019 a ativação de R\$4.743.

18.2. Depreciação

As taxas médias anuais de depreciação estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Administração	Percentuais (%)
Prédios e Construções	16,7
Máquinas e Equipamentos	10,0
Veículos	6,6
Móveis e Utensílios	6,3

Usinas	Percentuais (%)
Prédios e Construções	2,3
Máquinas e Equipamentos	3,1
Reservatórios, Barragens e Adutoras	4,4
Veículos	11,8
Móveis e Utensílios	1,0

O método de depreciação linear, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As Usinas Garcia, Palmeiras, Salto Weissbach, Cedros e Bracinho são depreciadas com base no prazo de concessão definido em contrato.

Os ativos da Usina Pery, da PCH Celso Ramos e das CGHs Caveiras, Ivo Silveira, Piraí, São Lourenço e Rio do Peixe são depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, por possuírem contrato de registro.

São ainda depreciados, pela mesma Resolução, os investimentos realizados para ampliação nas Usinas Celso Ramos, Garcia, Palmeiras, Salto Weissbach, Cedros e Bracinho, que são suscetíveis à indenização ao final da concessão.

Os ativos da Administração Central (Prédios e Construções, Máquinas e Equipamentos, Veículos e Móveis e Utensílios) também são depreciados pelas taxas estabelecidas na referida Resolução.

Notas Explicativas

18.3. Ativo Imobilizado Totalmente Depreciado Ainda em Operação

O valor contábil bruto dos ativos imobilizados que estão totalmente depreciados e que ainda estão em operação em 31 de março de 2019:

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2019	31 de dezembro 2018
Reservatórios, Barragens e Adutoras	133.155	133.155
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	11.937	11.935
Máquinas e Equipamentos	48.283	48.457
Outros	14.003	14.003
Total	207.378	207.550

19. INTANGÍVEL

Descrição	Controladora		
	31 de dezembro 2018	Amortizações	31 de março 2019
Ágio Aquisição ECTE(i)	5.949	(126)	5.823

(i) O ágio gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

Descrição	Consolidado						
	Contratos de Concessão			Uso do Bem Público		Itens em Andamento	Total
	Celesc D (a)	Software Adquiridos	Ágio	Celesc G (a)	Faixa de Servidão		
Em 31 de dezembro de 2018	3.287.592	1.510	5.949	-	70	1.435	3.296.556
Custo Total	4.981.357	6.495	14.248	-	70	1.435	5.003.605
Amortização Acumulada	(1.693.765)	(4.985)	(8.299)	-	-	-	(1.707.049)
Em 31 de dezembro de 2018	3.287.592	1.510	5.949	-	70	1.435	3.296.556
Adições	111.279	-	-	-	-	30	111.309
Baixas	(13.285)	-	-	-	-	-	(13.285)
Amortizações	(53.646)	(189)	(126)	-	-	-	(53.961)
Em 31 de março de 2019	3.331.940	1.321	5.823	-	70	1.465	3.340.619
Custo Total	5.079.351	6.495	14.248	-	70	1.465	5.101.629
Amortização Acumulada	(1.747.411)	(5.174)	(8.425)	-	-	-	(1.761.010)
Em 31 de março de 2019	3.331.940	1.321	5.823	-	70	1.465	3.340.619
Taxa Média de Amortização	4,2%	20%	0,2%	0%	0%	0%	

a) Contratos de Concessão

As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

20. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL

a) Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos e passivos foram calculados a partir de:

- (i) Provisão para contingências de processos judiciais;
- (ii) ICPC 10 – Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado;
- (iii) CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos sobre a Provisão para Perdas do Ativo Imobilizado;
- (iv) CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados;
- (v) Ajuste ao valor justo do Ativo Imobilizado, decorrente da primeira adoção do Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado;
- (vi) CPC 39 – Instrumentos Financeiros no reconhecimento e mensuração do valor novo de remuneração – VNR.
- (vii) Os tributos diferidos calculados sobre a Bonificação de Outorga foram calculados em conformidade com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil – RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017.

A tabela a seguir apresenta os saldos das contas do IRPJ e CSLL diferidos:

Notas Explicativas

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2019	31 de dezembro 2018
Ativo	710.703	712.532
Passivo	(12.660)	(10.144)
Tributo Diferido Líquido	698.043	702.388

Descrição	Consolidado					
	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Diferido Líquido	
	31 de março 2019	31 de dezembro 2018	31 de março 2019	31 de dezembro 2018	31 de março 2019	31 de dezembro 2018
Diferenças Temporárias						
Provisão para Contingências	207.013	201.864	-	-	207.013	201.864
Provisão para Perdas em Ativos	83.873	84.337	-	-	83.873	84.337
Benefício Pós-Emprego	565.020	573.409	-	-	565.020	573.409
Custo Atribuído	-	-	8.019	8.091	(8.019)	(8.091)
Efeitos do ICPC 01 – Contratos de Concessão	-	-	55.627	56.157	(55.627)	(56.157)
Efeitos do CPC 39 – Instrumentos Financeiros	-	-	68.541	69.194	(68.541)	(69.194)
Bonificação de Outorga	-	-	25.364	23.490	(25.364)	(23.490)
Outras Provisões	-	-	312	290	(312)	(290)
Total	855.906	859.610	157.863	157.222	698.043	702.388

b) Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do IRPJ e CSLL decorrem não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização dos tributos diferidos tem como base as projeções orçamentárias aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, tendo como objetivo definir e apresentar ações necessárias para o atendimento às demandas regulatórias de forma também a convergir para o cumprimento do contrato de concessão.

Em atendimento a Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002, a Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

O processo de reconhecimento inicial de exposição involuntária pelo órgão regulador no valor de R\$256,6 milhões e atualizado para R\$322,7 milhões em 31 de março de 2019 está em Demanda Judicial junto a Justiça Federal e tiveram seus montantes de IRPJ e CSLL diferidos até que seja proferida sentença final sobre o processo em curso. (Nota 27).

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de março de 2019 são:

Ano	Consolidado	
	31 de março 2019	31 de dezembro 2018
2019	83.056	95.517
2020	79.783	79.785
2021	66.781	66.804
2022	63.905	63.907
Acima de 2022	562.381	553.597
Total	855.906	859.610

c) Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos no Patrimônio Líquido

A movimentação do Custo Atribuído e adoção inicial do CPC 48 – Instrumentos Financeiros com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

Descrição	Consolidado
	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2017	17.628
(-) Baixa do Custo Atribuído	(2.913)
(+) Adoção Inicial CPC 48	16.784
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	(4.717)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	26.782
(-) Baixa do Custo Atribuído	(213)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	72
Saldo em 31 de março de 2019	26.641

d) Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos em outros Resultados Abrangentes

A movimentação do Passivo Atuarial com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2017	704.738
(+) Adição do Passivo Atuarial	232.112
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	(78.918)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	857.932
(+) Adição do Passivo Atuarial	-
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	-
Saldo em 31 de março de 2019	857.932

e) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação da despesa de imposto de renda com a de contribuição social, pela alíquota nominal e efetiva, está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de	31 de	31 de	31 de
	março	março	março	março
	2019	2018	2019	2018
Lucro/(Prejuízo) antes do IRPJ e a CSLL	72.670	70.994	126.299	118.891
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(24.708)	(24.138)	(42.942)	(40.423)
Equivalência Patrimonial	26.848	26.051	2.106	1.547
Benefício Fiscal	-	-	(19)	(26)
Incentivo Fiscal	-	-	799	75
Provisões Indedutíveis	(167)	(168)	(167)	(168)
Multas Indedutíveis	-	-	(2.862)	(1.356)
IRPJ/CSLL não Reconhecidos sobre Prejuízo Fiscal	(1.903)	(1.770)	(1.903)	(1.770)
Participação dos Administradores	(70)	25	(82)	12
Perdas Não Técnicas	-	-	(8.554)	(5.778)
Outras Adições (Exclusões)	-	-	(5)	(10)
Total IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	-	-	(53.629)	(47.897)
IRPJ e CSLL Corrente	-	-	(49.284)	(45.754)
IRPJ e CSLL Diferido	-	-	(4.345)	(2.143)
Taxa Efetiva	0,00%	0,00%	42,46%	40,29%

21. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

21.1. Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de	31 de	31 de	31 de
	março	dezembro	março	dezembro
	2019	2018	2019	2018
IRPJ	-	-	37.411	12.236
CSLL	-	-	14.302	5.064
Total a Recolher	-	-	51.713	17.300
(-) Tributos a Compensar	(1.986)	(1.925)	(44.894)	(16.696)
Total	(1.986)	(1.925)	6.819	604

Notas Explicativas

21.2. Outros Tributos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2019	31 de dezembro 2018	31 de março 2019	31 de dezembro 2018
ICMS	-	-	127.758	156.601
PIS e COFINS	4	5	46.972	44.238
Outros	140	81	5.018	5.758
Circulante	144	86	179.748	206.597
(-) Tributos a Compensar	-	-	(68.854)	(67.660)
Total	144	86	110.894	138.937

22. FORNECEDORES

Descrição	Controladora	
	31 de março 2019	31 de dezembro 2018
Empregados a Disposição	1.095	1.025
Materiais e Serviços	104	67
Total	1.199	1.092

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2019	31 de dezembro 2018
Energia Elétrica	524.448	456.897
Encargos de Uso da Rede Elétrica	85.274	82.303
Materiais e Serviços	62.029	96.215
Empregados a Disposição	1.095	1.025
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (i)	418.198	370.414
Total	1.091.044	1.006.854

(i) A CCEE possui como uma de suas atribuições, apurar o valor da contabilização dos agentes. Este valor, no caso das distribuidoras, envolve além da venda e compra no curto prazo, encargos, efeito do despacho de térmicas e também impactos diversos de risco hidrológico.

O risco hidrológico no caso das distribuidoras está associado aos contratos de energia (CCEAR-QT) que tiveram repactuação, contratos de cota de garantia física e contrato com Itaipu. A Celesc D, mesmo sendo compradora, assume o risco hidrológico.

No ano de 2018 a Celesc D teve impacto decorrente da queda da *GSF* em comparação com 2017, esta variação levou a distribuidora a arcar com elevados custos de risco hidrológico e um aumento expressivo do despacho de térmicas, que são contratados pelas distribuidoras por meio de CCEARs por disponibilidade (CCEAR-DP).

Devido ao maior despacho de térmicas e a redução do *GSF*, a Celesc D verificou um aumento de pagamentos significativos no Efeito Hidrológico de Itaipu – EC-IT, Efeito Hidrológico de Cota de Garantia Física – ECCGF e Efeito de Contratação Disponibilidade – ECD. Há também as diferenças de preços do PLD nos submercados que levam a impacto no componente TAJ_EF, e acarretam em excedentes financeiros. Ressalta-se que todos estes valores são compensados por meio do ativo financeiro – CVA e suas variações não trazem impacto ao resultado da Companhia.

23. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos possuem três classificações distintas: a) Empréstimos Bancários, b) Empréstimos da Eletrobras e c) Empréstimos Tipo Finame, e são garantidos, quase em sua totalidade, pelos recebíveis da Celesc D e iv) Empréstimos – BID.

Descrição	Taxas de Juros e Comissões (%)	Consolidado	
		31 de março 2019	31 de dezembro 2018
Empréstimos Bancários (i)	7,4% a.a. e 7,67% a.a.	150.178	301.122
Empréstimos Bancários (i)	CDI+1,25% e CDI+1,3%	301.873	301.725
Empréstimos Eletrobras (ii)	5% a.a. + 2% a.a. de tx. adm.	11.361	14.865
Empréstimos Finame (iii)	2,5% a 9,5% a.a.	25.649	27.636
Empréstimo – BID (iv)	Libor+ Funding Margin+Lending Spread a.a.	316.387	273.453
Total		805.448	918.801
Circulante		196.121	321.089
Não Circulante		609.327	597.712

Notas Explicativas

i) Empréstimos Bancários

Os saldos de Empréstimos Bancários referem-se as seguintes contratações, cujos recursos foram utilizados exclusivamente para a finalidade de capital de giro.

A primeira contratação, no valor de R\$300 milhões, foi efetuada junto à Caixa Econômica Federal em junho de 2014, com remuneração à taxa equivalente a 121,5% do CDI. Em abril de 2015 o contrato foi repactuado e o prazo para pagamento foi alongado para 38 meses, com carência de 8 meses. A amortização final ocorreu em junho de 2018.

A terceira contratação, no valor de R\$150 milhões, foi efetuada junto ao Banco do Brasil, por meio da Linha de Crédito Agroindustrial, em fevereiro de 2018, com juros pré-fixados em 7,67% a.a. e exigidos mensalmente. O prazo do contrato é de 12 meses e sua liquidação está prevista em parcela única no final de sua vigência (*bullet*).

A quarta contratação, no valor de R\$150 milhões, foi efetuada junto ao Banco Safra, por meio de Cédula de Crédito Bancário, em abril de 2018, com juros pré-fixados em 7,4% a.a. e exigidos mensalmente. O prazo do contrato é de 12 meses e sua liquidação está prevista em parcela única no final de sua vigência (*bullet*).

A quinta contratação, no valor de R\$100 milhões, foi efetuada junto ao Banco do Brasil, por meio de Cédula de Crédito Bancário, em Novembro de 2018, com remuneração à taxa equivalente a CDI + 1,25% a.a. O prazo de contrato é de 24 meses, previsto para liquidação em 8 parcelas trimestrais, com início em 02/2019 e término em 11/2020.

A sexta contratação, no valor de R\$200 milhões, foi efetuada junto ao Banco Safra, por meio de Cédula de Crédito Bancário, em novembro de 2018, com remuneração à taxa equivalente a CDI + 1,3% a.a. O prazo de contrato é de 36 meses, foi oferecida uma carência de 18 meses para o início da amortização do valor principal, previsto para liquidação em 18 parcelas mensais, com início programado para 06/2020 e término em 11/2021.

ii) Eletrobras

Os recursos dessas contratações foram destinados, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural e advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobras. Em geral, os contratos possuem carência de 24 meses, amortização em 60 parcelas mensais, taxa de juros de 5% a.a., taxa de administração de 2% a.a. e taxa de comissão de 0,83%. Todos os contratos possuem a anuência da ANEEL.

iii) Finame

Os recursos dessas contratações serviram para suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros que variam de 2,5% a 9,5% a.a. e com amortizações previstas para 96 parcelas mensais. Todos os contratos possuem a anuência da ANEEL.

iv) Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Em 31 de Outubro de 2018, a Celesc D e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID firmaram uma operação de crédito externo denominada Empréstimo 4404/OC-BR (BR-L1491), sendo liberadas duas parcelas no montante de US\$80.078.631,05 (oitenta milhões, setenta e oito mil, seiscentos e trinta e um dólares americanos e cinco centavos). A primeira liberação ocorreu em 10 de dezembro de 2018 (US\$70.374.302,95) e a segunda em 28 de janeiro de 2019 (US\$9.704.328,10).

O valor total da operação é de US\$276.051.000,00 (duzentos e setenta e seis milhões e cinquenta e um mil dólares americanos) e o prazo para amortização é de 234 (duzentos e trinta e quatro) meses com uma carência de até 66 (sessenta e seis) meses, atingindo um prazo total de 300 (trezentos) meses.

A amortização é semestral pelo sistema constante e a taxa de juros é *libor* anual (*USD-LIBOR-ICE*), com atualização monetária calculada pela variação cambial. Além disso, existe a exigência de uma comissão de compromisso de até 0,75% ao ano sobre o saldo não desembolsado e de uma comissão de supervisão de até 1% do montante do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos de 5 (cinco) anos.

O empréstimo tem a garantia da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina e destina-se ao financiamento parcial do Programa de Investimentos em Infraestrutura Energética na área de jurisdição da Celesc D.

a) Composição dos Vencimentos – Nacional

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Notas Explicativas

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2019	31 de dezembro 2018
Ano 2020 – 1T	-	27.741
Ano 2020 – 2T a 4T	159.344	159.344
Ano 2021	128.516	128.516
Ano 2022	4.663	4.663
Ano 2023	3.259	3.259
Ano 2024	16.741	14.774
Ano 2025	296.804	259.415
Total	609.327	597.712

b) Composição dos Vencimentos – Estrangeiro

Os montantes classificados no passivo têm a seguinte composição:

Descrição	Taxas %	Consolidado					Total
		Menos de um mês	De um a Três meses	De três meses a um Ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	
BID	Libor+Funding Margin+Lending Spread a.a.	4.345	-	-	-	312.042	316.387
Total		4.345	-	-	-	312.042	316.387

c) Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Nacional

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	320.322	325.026	645.348
Ingressos	-	-	-
Encargos Provisionados	9.920	-	9.920
Transferências	27.741	(27.741)	-
Amortizações de Principal	(155.492)	-	(155.492)
Pagamentos de Encargos	(10.715)	-	(10.715)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	191.776	297.285	489.061

d) Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Estrangeiro

BID	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	767	272.686	273.453
Ingressos	-	36.562	36.562
Atualização Monetária	-	2.794	2.794
Encargos Provisionados	3.578	-	3.578
Saldo em 31 de março de 2019	4.345	312.042	316.387

24. DEBÊNTURES

24.1. PRIMEIRA DEBÊNTURES – Celesc D

A Celesc D emitiu, em 15 de maio de 2013, 30.000 (trinta mil) Debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor nominal unitário de R\$10 mil, totalizando R\$300 milhões, com vencimento para 15 de maio de 2019. Os recursos dessa emissão foram utilizados, exclusivamente, para reforço de capital de giro e realização de investimentos.

Os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, *over* extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 1,3%.

A amortização foi prevista em 3 parcelas anuais e consecutivas, a partir de 15 de maio de 2017, e a remuneração em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir de 15 de novembro de 2013.

As duas primeiras parcelas de amortização no valor de R\$200 milhões foram pagas em seus respectivos vencimentos e, até 31 de março de 2019, foram pagos R\$178,1 milhões de juros remuneratórios.

A partir de 2014, ao final de cada exercício, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia esteve abaixo deste indicador de relação, portanto cumpriu o compromisso contratual (*covenant*).

Notas Explicativas

24.2. SEGUNDA DEBÊNTURES – Celesc D

Em 10 de setembro de 2015 a Celesc D emitiu 3.000 (três mil) Debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor nominal unitário de R\$100 mil, totalizando R\$300 milhões, vencidos em 10 de setembro de 2016. Os recursos dessa emissão também foram utilizados, exclusivamente, para reforço de capital de giro e realização de investimentos.

Os juros remuneratórios correspondiam a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, *over* extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 2,5%.

A amortização foi prevista em parcela única em seu vencimento, e a remuneração em parcelas mensais e consecutivas, sem carência, a partir de 10 de outubro de 2015. O contrato foi liquidado em seu vencimento e foram efetuados pagamentos de parcelas da remuneração no montante de R\$47,4 milhões.

24.3. TERCEIRA DEBÊNTURES – Celesc D

A Celesc D emitiu, no dia 13 de julho de 2018, 250.000 (duzentos e cinquenta mil) Debêntures no valor nominal unitário de R\$1 mil, totalizando R\$250 milhões, com vencimento para 13 de julho de 2023, não conversíveis em ações. Os recursos dessa emissão foram utilizados para reforço de caixa da emissora para gestão ordinária de seus negócios.

A garantia real é a cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc D e a Celesc prestará fiança em favor dos titulares das Debêntures, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

As Debêntures terão prazo de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, de forma que vencerão no dia 13 de julho de 2023; com remuneração de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida de uma sobretaxa ou *spread* de 1,9% ao ano.

A amortização foi prevista em 15 parcelas trimestrais e consecutivas, sempre no dia 13 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, a partir de 13 de janeiro de 2020 e o último na data de vencimento. A remuneração ocorrerá em parcelas trimestrais e consecutivas, sem carência, a partir de 13 de outubro de 2018. Até 31 de Março de 2019, foram pagos R\$8,65 milhões de juros remuneratórios.

A partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2,5. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia esteve abaixo deste indicador de relação, portanto cumpriu o compromisso contratual (*covenant*).

24.4. PRIMEIRA DEBÊNTURES – Celesc G

A primeira emissão de Debêntures da Celesc G ocorreu em 03 de março de 2016. O valor total da emissão foi de R\$150 milhões, em uma única série, constituída por 15.000 (quinze mil) Debêntures no valor nominal unitário de R\$10 mil. As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia adicional fidejussória. São nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada no dia 1º de março de 2018, foi aprovada a alteração da data de vencimento dessas Debêntures, de 03 de março de 2018 para 1º de junho de 2018.

Os juros remuneratórios para o período entre o primeiro vencimento (inclusive) até o novo vencimento (exclusive) foi de 100% da variação acumulada da Taxa DI *Over*, acrescida de uma sobretaxa (*spread*) de 2,5% ao ano (base de 252 dias úteis). Adicionalmente, foi pago aos Debenturistas um prêmio no valor de R\$6,66 (seis reais e sessenta e seis centavos) por debênture.

A emissão dessas Debêntures foi totalmente liquidada em seu vencimento e, durante o período de sua vigência, foram pagos R\$44,4 milhões de encargos.

24.5. SEGUNDA DEBÊNTURES – Celesc G

Uma segunda emissão de Debêntures da Celesc G ocorreu em 1º de junho de 2018, em série única, do tipo simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$150 milhões. Foram emitidas 15.000 (quinze mil) Debêntures com valor nominal unitário de R\$10 mil, não devendo ser atualizado monetariamente.

A garantia real foi definida como a cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc G e a garantia fidejussória foi estabelecida pela fiança em favor dos titulares das Debêntures, assumindo o papel de garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da escritura da emissão.

Notas Explicativas

As Debêntures possuem prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de sua emissão, ou seja, 1º de junho de 2023. Os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, acrescida de uma sobretaxa ou *spread* de 2,5% ao ano até a data do efetivo pagamento. A amortização ocorre a partir do 12º mês (inclusive), contados da data de emissão, em parcelas trimestrais e consecutivas. Em 31 de março de 2019 foram pagos R\$9,9 milhões de encargos.

Semestralmente, a Celesc G tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. Em 31 de dezembro de 2018 apresentou uma relação abaixo deste índice, cumprindo, assim, tal obrigação.

a) Movimentação das Debêntures

Descrição	Consolidado
	Total
Em 31 de dezembro de 2018	501.262
Ingressos	-
Atualização Monetária	10.136
Pagamentos Encargos	(8.176)
Pagamento Principal	-
Custos na Emissão de Debêntures Celesc D	229
Custos na Emissão de Debêntures Celesc G	123
Em 31 de março de 2019	503.574
Circulante	158.929
Não Circulante	344.645

b) Custos na Captação de Debêntures a Apropriar

Descrição	Consolidado
	31 de março 2019
Ano 2019:	
1T/2019	-
2T/2019	308
3T/2019	264
4T/2019	264
Ano 2020:	
1T/2020	263
2T/2020	263
3T/2020	264
4T/2020	264
Ano 2021 a 2023:	2.598
Total	4.488

c) Conciliação de Passivos Resultantes das Atividades de Financiamento

Descrição	Controladora
Saldo Dividendos e JCP (i) em 31 de dezembro 2018	39.524
Pagamentos	-
Total das Variações no Fluxo de Financiamento	-
Variações não caixa	-
Saldo Dividendos e JCP (i) em 31 de março 2019	39.524

Descrição	Consolidado						31 de março 2019
	31 de dezembro 2018	Ingressos de Recursos	Pagamento Principal	Total das Variações Fluxo de Financiamento	Pagamento Juros (ii)	Variações que não afetam o caixa (iii)	
Empréstimos e Financiamentos	918.801	36.562	(155.492)	(118.930)	(10.715)	16.292	805.448
Debêntures	501.262	-	-	-	(8.176)	10.488	503.574
Dividendos e JCP (i)	39.524	-	-	-	-	-	39.524
Total	1.459.587	36.562	(155.492)	(118.930)	(18.891)	26.780	1.348.546

(i) Os encargos provisionados de Empréstimos e Financiamentos totalizaram R\$16.292. As Debêntures totalizaram R\$10.488, sendo R\$352 deste total, referentes às custas com debêntures incorridas no primeiro trimestre de 2019.

(ii) Os juros pagos são classificados no fluxo das Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa.

Notas Explicativas

25. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Descrição	Controladora	
	31 de março 2019	31 de dezembro 2018
Circulante	559	749
Provisão de Férias e Encargos Sociais	217	388
Folha de pagamento Líquida	342	361
Total	559	749

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2019	31 de dezembro 2018
Circulante	200.444	208.503
Provisão de Férias e Encargos Sociais	111.812	118.026
PDI (a)	60.943	66.062
Provisão PLR	22.375	13.847
Folha de Pagamento Líquida	442	442
Não Circulante	37.254	46.988
PDI (a)	37.254	46.988
Total	237.698	255.491

a) Plano de Desligamento Incentivado – PDI

Por meio da Deliberação nº 15, de 22 de fevereiro de 2016, a Celesc D aprovou o regulamento do Plano de Desligamento Incentivado – PDI. Esse programa foi implementado pela primeira vez em dezembro de 2016, com adesão e o desligamento de 62 empregados e um custo de cerca de R\$16 milhões.

No PDI 2017 se desligaram, até dezembro de 2017, 122 empregados. Esta edição de 2017 seguiu com os desligamentos até o mês de junho de 2018, onde o total de saídas efetivadas chegou a 188 (6% do quadro efetivo atual) com um custo total efetivado de R\$69,2 milhões.

A edição PDI 2018 realizará desligamentos até julho de 2019, sendo que até o mês de março de 2019 já foram efetivadas 193 saídas a um custo total de R\$68,5 milhões.

Este programa faz parte da estratégia da Celesc D para adequação de seus custos operacionais, otimização dos processos e melhoria dos indicadores com vistas à agregação de valor aos acionistas.

26. TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2019	31 de dezembro 2018
Programa de Eficiência Energética – PEE	183.554	177.217
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	19.478	19.478
Encargo Conta Bandeiras	59	7.055
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	103.637	100.399
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (i)	1.923.968	2.069.926
Uso do Bem Público	-	-
Outros (ii)	1.203	1.200
Total	2.231.899	2.375.275
Circulante	2.113.457	2.269.327
Não Circulante	118.442	105.948

(i) A ANEEL, por meio das Resoluções Homologatórias nº 2.231 de 25 de abril de 2017, nº 2.510 de 18 de dezembro de 2018 e nº 2.521 de 20 de março de 2019, homologou as cotas de CDE Uso, CDE Energia e CDE Energia (CONTA-ACR), conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Consolidado		
	CDE Energia (CONTA-ACR)	CDE USO	CDE ENERGIA
De abril de 2019 a agosto de 2019	34.561	-	-
De agosto de 2018 a março de 2019	-	-	23.134
De janeiro de 2019 a março de 2019	-	65.447	-
De abril de 2019 a dezembro de 2019	-	88.581	-

O Conselho de Administração autorizou a assinatura do Termo de Parcelamento de Débitos com o Fundo Social da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE entre a Celesc D e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, cujo saldo

Notas Explicativas

devedor em 30 de junho de 2017, reflexo do encontro de contas de valores devidos e créditos a receber, era de R\$1.164.387. Em 31 de março de 2019 esse saldo passou a ser de R\$393.054.

Os ativos e passivos referentes ao parcelamento da CDE estão demonstrados a seguir:

Parcelamento CDE	Consolidado	
	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	1.457.680	1.457.680
Programa Baixa Renda	38.673	38.673
CDE a pagar	(1.889.407)	(2.012.487)
Total	(393.054)	(516.134)

A parcela incontroversa da atualização monetária dos saldos a receber e a pagar definidos no Termo de Parcelamento gerou em 30 de junho de 2017, respectivamente, uma receita financeira de R\$9.433 e uma despesa financeira de R\$179.481, resultando um valor líquido negativo de R\$170.048. No exercício de 2017 o resultado financeiro líquido foi de R\$213.608, no ano de 2018 foi de R\$46.331 e no 1º trimestre de 2019 foi de R\$6.836.

O saldo devedor está sendo pago em 30 (trinta) parcelas mensais, iguais e consecutivas, no valor de R\$38.877, com juros equivalentes à taxa Selic. O primeiro vencimento foi definido para o dia 26 de julho de 2017 e os demais para o dia 10 dos meses subsequentes. Até 31 de março de 2019 a Celesc D pagou R\$868.060, sendo R\$816.424 de principal e R\$51.636 de juros. (ii) A conta outros é composta pelas taxas de Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos – CFURH, Taxa de Fiscalização do Sistema de Energia Elétrica – TFSEE.

27. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Nas datas das Demonstrações Financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:

a) Contingências Prováveis

Descrição	Controladora			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Tributária	2.117	2.117	1.263	1.263
Trabalhistas	3.890	3.207	41	41
Cíveis	6.397	6.172	147	147
Regulatórias	8.182	8.182	5.174	5.174
Total	20.586	19.678	6.625	6.625

Descrição	Consolidado			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Tributárias (i)	3.745	3.745	9.655	9.626
Trabalhistas (ii)	56.213	53.083	66.996	65.850
Cíveis (iii)	81.279	64.262	152.252	136.359
Regulatórias (iv)	49.265	49.260	432.404	425.687
Ambientais (v)	-	-	2.050	2.051
Total	190.502	170.350	663.357	639.573

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos
Em 31 de dezembro de 2018	19.678	6.625	170.350	639.573
Constituição	943	-	35.884	23.496
Atualização Financeira	-	-	-	6.717
Baixas	(35)	-	(15.732)	(6.429)
Em 31 de março de 2019	20.586	6.625	190.502	663.357

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Notas Explicativas

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências prováveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributária nas esferas federal (relativos aos tributos PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e previdenciária) e municipal (relativo ao ISS).

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de pagamento de horas extras, principalmente aquelas decorrentes de violação aos intervalos intrajornada e interjornadas, bem como revisão de base de cálculo de verbas salariais, adicionais, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas às ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, ressarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, danos envolvendo perda de produções (fumo, frangos), acidentes envolvendo terceiros.

Há, da mesma forma, outros tipos de demandas que geram o pagamento de valores pela Concessionária de Energia Elétrica: revisão de faturamentos, reclassificação tarifária, revisão de contratos licitatórios (reequilíbrio econômico-financeiro), concurso público, dentre outras.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Celesc D discute com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação setorial.

A mais expressiva contingência regulatória se refere à subcontratação de energia em 2014, cujos impactos financeiros não foram incluídos pela ANEEL na Revisão Tarifária da Celesc D, ocorrida em agosto de 2016, diante de medida judicial ajuizada pela Celesc D.

A Celesc D, objetivando preservar seus direitos, ingressou com Demanda Judicial junto a Justiça Federal do Distrito Federal, com pedido liminar para que a decisão do órgão regulador constante do Despacho nº 2.078/16 seja revista. Diante do pedido da Celesc D, a juíza da 6ª Vara da Justiça Federal, deferiu o pedido de tutela de urgência, cautelarmente, para determinar a suspensão, até ulterior determinação do Juízo.

Sendo assim a Celesc D reconheceu no resultado de junho de 2016 o valor de R\$256.601, sendo R\$225.029 como redutora da Receita Operacional Bruta e R\$31.572 como Despesa Financeira, tendo como contrapartida a conta patrimonial Passivo Financeiro (Circulante), proveniente da diferença apurada pelo órgão regulador.

Em junho de 2017 a Celesc D reclassificou o valor de R\$256.601 do Passivo Financeiro (Circulante) para Provisão de Contingência Regulatória, por considerar que se trata de medida judicial ajuizada. Em Dezembro de 2018 foi atualizado para R\$317.631 e em Março de 2019 foi atualizado para R\$322.675, sendo que o tema ainda permanece em discussão na esfera judicial.

A juíza titular do processo que discute a exposição contratual de 2014, após apreciar a manifestação da ANEEL quanto aos argumentos apresentados pela Celesc D, decidiu por manter a liminar anteriormente concedida. Recentemente foi proferida sentença de mérito, que ainda se encontra pendente de publicação. Sequencialmente, a Celesc D ingressará com os recursos necessários a fim de manter a liminar deferida e a discussão meritória da ação.

Outro processo relevante refere-se a valores a repassar à União a Título de Encargo de Capacidade Emergencial – ECE. Em 31 de Março de 2019 montante provisionado era de R\$72.303.

Notas Explicativas

v) Contingências Ambientais

Trata-se de processos relativos a discussões judiciais referentes ao pagamento de indenizações de ordem material e moral em virtude de acidente ambiental ocorrido na área de concessão da Celesc D.

b) Contingências Possíveis

A Companhia também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cíveis, regulatórias e ambientais, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

A natureza das contingências possíveis pode ser sumariada como segue:

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2019	31 de dezembro 2018
Tributárias (i)	311.228	311.229
Trabalhistas (ii)	13.468	12.524
Cíveis (iii)	215.139	199.603
Regulatórias (iv)	146.384	144.322
Ambientais (v)	47.237	47.247
Total	733.456	714.925

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal, relativas a recolhimento de PIS, COFINS, Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL.

Em 24 de setembro de 2018 a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SERFB iniciou procedimento de Ação Fiscal nº 0900100-2018-00117-1 desse procedimento em 08 de janeiro de 2019, resultou na lavratura do Auto de Infração nº 10980.727742/2018-81 no valor de R\$306,8 milhões. O referido Auto de Infração, está relacionado à apuração do lucro real e da base de cálculo CSLL, assim imputando à concessionária:

a) Ajustes indevidos atribuídos à Conta de Compensação de Variação de valores de Itens da Parcela A – CVA;

b) Inobservância do prazo restante do contrato de concessão para fins das determinações previstas no artigo 69º da lei federal nº 12.973/2014.

Após a análise da Administração do processo que está no âmbito administrativo foi classificado como possível, pois os elementos e dados apresentados não foram suficientemente fundamentados na doutrina ou em decisões judiciais favoráveis à entidade fiscal.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas a notificações realizadas pela ANEEL, ARESC ou CCEE em processos administrativos punitivos que implicam em multas pela transgressão de previsões contratuais ou regulatórias do setor elétrico, onde a Companhia recorreu na esfera administrativa e judicial. Ao mesmo tempo, constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute com agentes setoriais (outras concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação do setor elétrico.

Notas Explicativas

v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

28. PASSIVO ATUARIAL

Obrigações Registradas	Consolidado	
	31 de março 2019	31 de dezembro 2018
Planos Previdenciários	1.002.782	1.024.255
Plano Misto/Transitório (a)	1.002.782	1.024.255
Outros Benefícios a Empregados	974.556	980.718
Plano Celos Saúde (b)	920.668	926.828
Outros Benefícios (c)	53.888	53.890
Total	1.977.338	2.004.973
Circulante	157.397	162.776
Não Circulante	1.819.941	1.842.197

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

a) Planos Previdenciários

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores a transição, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior, de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

Do total reconhecido, R\$461,0 milhões refere-se à dívida pactuada com a Celos em 30 de novembro de 2001, para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualizado pelo IPCA, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório.

Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Celos, a Celesc D registrou a partir de 2015 a atualização monetária e juros como resultado financeiro, fundamentado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

b) Plano Celos Saúde

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

c) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio deficiente, auxílio funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

28.1. Resultados da Avaliação Atuarial

a) Obrigações Atuariais

Descrição	Consolidado					
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	Total
Saldo 31 de dezembro de 2017	1.870.974	775.955	700.111	8.715	45.869	3.401.624
Custo do Serviço Corrente Líquido	(47.069)	(21.957)	(23.466)	-	-	(92.492)
Contribuições de Participante Realizadas no Período	22.644	17.589	31.291	-	-	71.524
Juros sobre Obrigação Atuarial	141.930	73.862	59.481	862	4.595	280.730
Benefícios Pagos no Período	(156.827)	(80.178)	(81.963)	(291)	(4.660)	(323.919)
Ganhos/(Perdas) nas Obrigações Atuarias	259.183	(70.182)	272.259	(7.265)	8.086	462.081
Saldo 31 de dezembro de 2018	2.090.835	695.089	957.713	2.021	53.890	3.799.548

Notas Explicativas

b) Apuração do Passivo (Ativo) Líquido

Descrição						Consolidado
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	Total
Passivo (Ativo) em 31 de dezembro de 2017	683.975	495.873	652.231	30	45.869	1.877.978
Valor Justo dos Ativos no Fim do Período	(1.440.573)	(321.096)	(30.885)	(9.655)	-	(1.802.209)
Obrigações Atuariais no Fim do Período	2.090.835	695.089	957.713	2.021	53.890	3.799.548
Efeito do Teto de Ativos e Passivos Adic. Fim do Período	-	-	-	7.634	-	7.634
Passivo (Ativo) em 31 de dezembro de 2018	650.262	373.993	926.828	-	53.890	2.004.973

c) Reconciliação do Valor Justo dos Ativos

Descrição					Consolidado
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio	Total
Saldo 31 de dezembro de 2017	1.186.999	280.082	47.880	8.685	1.523.646
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	(156.827)	(80.178)	(81.963)	(291)	(319.259)
Contribuições de Participantes Realizadas no Período	22.644	17.589	31.291	-	71.524
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	66.730	59.736	40.716	-	167.182
Rendimentos Esperados do Ativos	90.044	26.660	-	-	116.704
Ganho/(Perda) no Valor Justo dos Ativos do Plano	230.983	17.207	(7.039)	1.261	242.412
Saldo 31 de dezembro de 2018	1.440.573	321.096	30.885	9.655	1.802.209

d) Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Período

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2019	31 de março 2018
Plano Transitório	4.198	6.311
Plano Misto	8.975	1.204
Plano Médico	8.353	9.004
Outros	1.207	1.364
Total	22.733	17.883
Despesa Pessoal	12.962	6.517
Despesa Financeira	9.771	11.366
Total	22.733	17.883

e) Despesa Estimada para o Exercício de 2019

A estimativa da despesa para o exercício de 2019 está demonstrada a seguir:

Planos	Despesa a ser Reconhecida em 2019 (Reapresentado)
Plano Transitório	16.793
Plano Misto	35.901
Plano Pecúlio	117
Plano Médico	33.410
Outros	4.711
Total	90.932

f) Movimentação do Passivo Atuarial

Descrição				Consolidado
	Plano Misto/Transitório	Plano Celos Saúde	Outros Benefícios	Totais
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.024.255	926.828	53.890	2.004.973
Pagamento	(34.646)	(14.513)	(1.209)	(50.368)
Provisão	13.173	8.353	1.207	22.733
Saldo em 31 de março de 2019	1.002.782	920.668	53.888	1.977.338

28.2. Equacionamento de Déficit Relativo ao Plano Previdenciário

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 26 de janeiro de 2018, aprovou o Plano de Equacionamento do déficit técnico no Plano Previdenciário Misto administrado pela Celos, mediante cobrança de contribuições extraordinárias dos Participantes Ativos, Assistidos e da Patrocinadora Celesc D o qual se dará da seguinte forma:

Plano Misto: do montante total de R\$363,0 milhões, valores de novembro de 2017, a Patrocinadora arcará com 50%, ou seja, R\$181,5 milhões, amortizado mensalmente a partir de março de 2018, pelo prazo de 16 (dezesesseis) anos, atualizados pela meta atuarial (IPCA + 5,13% a.a.).

Notas Explicativas

Cumpra salientar que referidos déficits já estão refletidos no total de obrigações registradas a título de Passivo Atuarial no Balanço Patrimonial da Celesc D, bem como nos custos reconhecidos mensalmente como Despesa Atuarial, de acordo com a Avaliação Atuarial Anual dos Benefícios a Empregados, elaborada por atuários independentes em atendimento a Deliberação CVM nº 695/2012 e CPC 33 (R1).

Ressalta-se ainda que referido Plano de Equacionamento, poderá ser revisto anualmente de acordo com os resultados apurados.

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.340.000.000,00, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

O quadro a seguir demonstra o efeito líquido no montante de R\$842.367 em 31 de março de 2019 e R\$842.226 em 31 de dezembro de 2018, no Patrimônio Líquido:

Ajuste de Avaliação Patrimonial	Consolidado	
	31 de março 2019	31 de dezembro 2018
Custo Atribuído – Celesc G	15.565	15.706
Ajuste Passivo Atuarial – Celesc D (CPC 33)	(857.932)	(857.932)
Total	(842.367)	(842.226)

O Custo Atribuído, mensurado ao valor justo na data da adoção inicial dos CPCs em 2009, foi reconhecido no Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, em contrapartida ao Ativo Imobilizado.

A sua realização é registrada em contrapartida à conta Lucros Acumulados na medida em que a depreciação do valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

c) Lucro Básico e Diluído por Ação

O cálculo do Lucro por ação básico e diluído em 31 de março de 2019 e de 2018 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados.

Em 31 de março de 2019 e 2018, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. Neste período, não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data da conclusão das Informações Trimestrais.

Nos períodos de 31 de março de 2019 e de 2018 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no Lucro/(Prejuízo) por ação.

d) Composição do Lucro Básico e Diluído

Descrição	Controladora	
	31 de março 2019	31 de março 2018
Média Ponderada de Ações (milhares)		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas – PN	23.044	23.044
Lucro Básico e Diluído por Ação a Atribuído aos Acionistas da Companhia (R\$)		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	1.7778	1.7368
Ações Preferenciais Nominativas – PN	1.9556	1.9105
Lucro Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	27.604	29.968
Ações Preferenciais Nominativas – PN	45.066	44.026
	72.670	70.994

Notas Explicativas

e) Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

30. SEGUROS

As coberturas de seguros, em 31 de março de 2019, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Empresa	Ramo	Ativos Cobertos	Vigência	Consolidado
				Segurado (i)
Celesc D	Seguro Garantia	Bens e Direitos Concessionários	29.12.2017 a 31.12.2019	300.000
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	14.05.2018 à 14.05.2019	25.000
Celesc G	Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.08.2018 a 08.08.2019	24.272
Celesc G	Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.08.2018 a 08.08.2019	12.136
Celesc G	Vendaval	Usinas e Subestações	08.08.2018 a 08.08.2019	12.136
Celesc G	Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.08.2018 a 08.08.2019	24.272

(i) As premissas e riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A apresentação dos segmentos é consistente com os relatórios internos fornecidos à Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva correspondente aos exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018, são as seguintes:

Descrição	31 de março de 2019				Total
	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	
Receita Operacional Líquida – ROL	-	2.091.657	41.815	(1.335)	2.132.137
Custo das Vendas	-	(1.855.279)	(8.233)	1.335	(1.862.177)
Resultado Operacional Bruto	-	236.378	33.582	-	269.960
Despesas com Vendas	-	(54.134)	1.682	-	(52.452)
Despesas Gerais e Administrativas	(6.083)	(78.732)	(3.012)	-	(87.827)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(493)	17.406	(299)	-	16.614
Resultado de Equivalência Patrimonial	78.965	-	(466)	(72.305)	6.194
Resultado das Atividades	72.389	120.918	31.487	(72.305)	152.489
Receitas Financeiras	297	74.094	2.469	(1.992)	74.868
Despesas Financeiras	(16)	(99.626)	(3.408)	1.992	(101.058)
Resultado Financeiro, líquido	281	(25.532)	(939)	-	(26.190)
Lucro antes IRPJ e CSLL	72.670	95.386	30.548	(72.305)	126.299
IRPJ e CSLL	-	(43.090)	(10.539)	-	(53.629)
Lucro Líquido do Período	72.670	52.296	20.009	(72.305)	72.670
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	1.928.040	8.875.740	674.480		
Total dos Passivos	48.255	7.842.145	191.845		

Notas Explicativas

Descrição	31 de março de 2018				
	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida – ROL	-	1.737.667	34.452	(1.262)	1.770.857
Custo das Vendas	-	(1.526.677)	(8.687)	1.262	(1.534.102)
Resultado Operacional Bruto	-	210.990	25.765	-	236.755
Despesas com Vendas	-	(52.003)	858	-	(51.145)
Despesas Gerais e Administrativas	(5.487)	(66.960)	(2.795)	-	(75.242)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(493)	23.791	11	-	23.309
Resultado de Equivalência Patrimonial	76.624	-	7	(72.081)	4.550
Resultado das Atividades	70.644	115.818	23.846	(72.081)	138.227
Receitas Financeiras	364	37.582	1.960	(904)	39.002
Despesas Financeiras	(14)	(55.661)	(3.567)	904	(58.338)
Resultado Financeiro, líquido	350	(18.079)	(1.607)	-	(19.336)
Lucro antes IRPJ e CSLL	70.994	97.739	22.239	(72.081)	118.891
IRPJ e CSLL	-	(40.344)	(7.553)	-	(47.897)
Lucro Líquido do Período	70.994	57.395	14.686	(72.081)	70.994
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	1.921.414	8.263.218	629.237		
Total dos Passivos	24.966	7.169.688	188.671		

31.1. Receita Operacional Consolidada

Descrição	31 de	31 de
	março	março
	2019	2018
	(Reapresentado)	
Receita Operacional Bruta – ROB	3.472.196	2.933.669
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	1.959.527	1.696.870
Suprimento de Energia Elétrica (a)	133.438	93.754
Disponibilização da Rede Elétrica (i)	1.109.691	810.115
Atualização VNR	1.309	596
Receita Financeira (a)	12.152	9.567
Renda de Prestação de Serviços	642	598
Energia Elétrica de Curto Prazo	212.188	41.502
Receita de Ativos e Passivos Regulatórios	(253.133)	(4.423)
Outras Receitas Operacionais	3.883	3.140
Doações e Subvenções (ii)	176.989	187.512
Receita de Construção	115.510	94.438
Deduções da Receita Operacional Bruta	(1.340.059)	(1.162.812)
ICMS	(670.364)	(535.193)
PIS	(55.220)	(46.864)
COFINS	(254.346)	(215.857)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(344.972)	(344.537)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(10.161)	(8.440)
Programa Eficiência Energética – PEE	(9.916)	(8.233)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(1.810)	(1.725)
Comp. Financ. Utiliz. de Recursos Hídricos – CFURH	(265)	(316)
Outros Encargos (Bandeiras Tarifárias)	6.995	(1.647)
Receita Operacional Líquida – ROL	2.132.137	1.770.857

(i) Em atendimento ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 605/2014, a Celesc D efetuou a segregação da receita da TUSD de Consumidores Cativos de Fornecimento de Energia Elétrica para Disponibilidade da Rede Elétrica.

(ii) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. O montante da receita contabilizada como Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) no primeiro trimestre de 2019 foi de R\$160.437. As demais se referem ao Programa de Baixa Renda no montante de R\$2.705 e Fornecimento de Bandeiras CCRBT em R\$13.847.

Notas Explicativas

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31 de março	31 de março	31 de março	31 de março	31 de março	31 de março
	2019	2018	2019	2018	2019	2018 (Reapresentado)
Residencial	2.353.651	2.289.794	1.837.798	1.587.827	1.251.132	953.047
Industrial	107.976	104.311	2.599.258	2.517.425	422.053	445.029
Comercial	273.366	265.184	1.257.102	1.144.377	704.832	590.550
Rural	234.696	234.616	359.243	412.673	163.599	159.898
Poder Público	23.168	22.910	122.366	113.492	82.086	68.558
Iluminação Pública	800	754	163.533	164.198	66.297	60.554
Serviço Público	3.453	3.285	94.172	92.064	53.437	46.960
Reclassif. Receita Disp. Rede Elétrica – Consumidor Cativo	-	-	-	-	(783.909)	(627.726)
Total do Fornecimento	2.997.110	2.920.854	6.433.472	6.032.056	1.959.527	1.696.870
Suprimento de Energia	94	97	726.348	594.837	133.438	93.754
Receita Fin. Bonificação de Outorga	-	-	-	-	12.152	9.567
Total	2.997.204	2.920.951	7.159.820	6.626.894	2.105.117	1.800.191

(i) Informações não auditadas

31.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Descrição	31 de março de 2019				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	1.318.237	-	-	-	1.318.237
Encargos de uso da rede elétrica	215.600	-	-	-	215.600
Proinfa	46.548	-	-	-	46.548
Pessoal (b)	81.343	44.293	15.440	2.460	143.536
Administradores	-	1.798	-	-	1.798
Despesa Atuarial	-	12.962	-	-	12.962
Entidade de Previdência Privada (b)	4.618	1.872	724	-	7.214
Material	2.130	1.531	-	-	3.661
Custo de Construção	115.510	-	-	-	115.510
Custos e Serviços de Terceiros	26.316	16.588	14.355	182	57.441
Depreciação e Amortização	48.875	6.073	-	493	55.441
Provisões Líquidas	-	-	3.118	17.067	20.185
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	-
Arrendamentos e Aluguéis	503	4.072	188	(29.757)	(24.994)
Outros Custos e Despesas (c)	2.497	(1.362)	18.627	(7.059)	12.703
Total	1.862.177	87.827	52.452	(16.614)	1.985.842

Descrição	31 de março de 2018				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas	Total (Reapresentado)
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	1.003.622	-	-	-	1.003.622
Encargos de uso da rede elétrica	239.280	-	-	-	239.280
Proinfa	39.527	-	-	-	39.527
Pessoal (b)	83.303	38.543	14.166	855	136.867
Administradores	-	1.628	-	-	1.628
Despesa Atuarial	-	6.517	-	-	6.517
Entidade de Previdência Privada (b)	4.822	1.751	728	-	7.301
Material	1.791	1.331	-	-	3.122
Custo de Construção	94.438	-	-	-	94.438
Custos e Serviços de Terceiros	18.407	15.485	13.115	154	47.161
Depreciação e Amortização	46.778	5.943	-	493	53.214
Provisões Líquidas	-	-	8.629	10.426	19.055
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	-
Arrendamentos e Aluguéis	580	3.605	149	(21.546)	(17.212)
Outros Custos e Despesas (c)	1.554	439	14.358	(13.691)	2.660
Total	1.534.102	75.242	51.145	(23.309)	1.637.180

Notas Explicativas

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	31 de março 2019	GWh (i)	31 de março 2018 Reclassificado	GWh (i)
Açucareiro Zillo Lorenzetti S. A.	4.012	17	-	-
Aliança Geração de Energia S.A.	14.702	78	15.587	78
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	196.378	914	171.811	929
Tractebel Energia S.A.	83.748	368	80.435	368
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	7.383	68	12.809	68
Petrobrás S.A. – Ute Governador Leon	71.090	449	78.761	449
Companhia Energética de Petrolina – CEP	9.226	49	9.281	49
Serra do Facão Energia S.A.	5.702	26	5.634	26
Furnas Centrais Elétricas S.A.	29.273	305	30.111	285
Cemig Geração e Transmissão S.A.	45.043	196	47.627	316
Companhia Energética Potiguar	4.641	33	5.372	33
Cia Hidrelétrica Teles Pires	3.596	43	3.429	43
Cia Energética de São Paulo – CESP	17.799	81	17.095	81
UHE São Simão Energia S.A.	10.697	92	10.002	-
Energética Suape II S.A.	8.107	50	14.221	50
Eletrobras Termonuclear S.A.	40.168	172	39.729	174
Porto do Pecem Geração de Energia	26.670	117	33.255	116
Foz do Chapecó Energia AS	12.649	57	12.060	56
Cia Energética Estreito	12.020	56	11.544	56
UTE Porto do Itaquí Geração de Energia	9.269	60	9.142	60
Santa Cruz Power Corp. Usinas Hidro	3.038	14	3.005	14
Companhia Energética Jaguará	2.423	20	-	-
Enguia GenBaLtda – Jaguari	2.248	34	-	-
Rio PCHI S.A.	3.207	15	3.173	15
Rio Paraná Energia S.A	20.335	154	19.326	137
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	3.010	14	-	-
Empresa Energética Porto das Pedras	3.166	14	3.022	14
Empresa de Energia Cachoeira Caldeira	2.625	21	-	-
ECE Participações SA	2.476	18	-	-
ENEL Greem Power Mourão SA.	2.734	18	-	-
Empresa Metropolitana de Água – EMAE	2.994	12	-	-
Santa Fé Energia SA	2.418	11	-	-
SJC Bionergia Ltda	2.201	9	-	-
Energest SA.	2.370	11	-	-
Cia de Ger. Term. de E.E. – Eletrobras CGTEE	3.371	34	-	-
Norte Energia S.A.	41.447	353	37.069	352
Cia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF	16.973	428	11.076	382
Santo Antônio Energia S.A.	48.576	364	24.888	195
Amazonas Geração e Transmissão de Energia	10.050	44	-	-
Ventos de Santo Antônio Geradora	4.451	23	-	-
Delta Comercializadora de Energia	3.682	19	-	-
EOL São Clemente	2.538	16	-	-
Outros	68.297	514	75.075	521
	866.803	5.391	784.539	4.867
Energia Elétrica Comprada para Revenda – CP	451.434	(83)	219.083	40
Encargo de Uso da Rede Elétrica	215.600	-	239.280	-
Proinfa	46.548	89	39.527	-
Recuperação de Custos	-	-	-	-
	713.582	6	497.890	40
	1.580.385	5.397	1.282.429	4.907

(i) Informações não auditadas

b) Pessoal e Entidade de Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2019	31 de março 2018	31 de março 2019	31 de março 2018
Pessoal				
Remunerações	3.362	3.045	75.053	72.569
Encargos Sociais	57	63	30.260	22.189
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	8.531	7.624
Benefícios Assistenciais	-	-	14.532	9.151
Provisões e Indenizações	12	38	15.136	25.312
Outros	17	16	24	22
Entidade de Previdência Privada	-	8	7.214	7.301
Total	3.448	3.170	150.750	144.168

Notas Explicativas

c) Recuperação de Custos

Em 12 de dezembro de 2017, a ANEEL por meio do Despacho nº 4.171/2017, determinou que a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. devolva à Celesc D, os valores referentes à remuneração dos investimentos associados às instalações de transmissão necessárias ao atendimento do consumidor Arcelormittal, recebidos em duplicidade pela transmissora.

Em breve contextualização, a conexão do consumidor Arcelormittal, à época de sua instalação em Santa Catarina, se deu em 230kV, configurando-se como “Demais Instalações de Transmissão – DIT”, obra esta contratada pela Celesc D junto a Eletrosul para viabilizar o atendimento nessas características. Para o pagamento dessa contratação, restou celebrado contratualmente entre as empresas o prazo de 5 anos para o pagamento das instalações pela Celesc D, ficando esta com um recebível regulatório por 30 anos.

A Eletrosul optou pela prorrogação antecipada de sua concessão de transmissão, havendo a indenização referente aos ativos não depreciados ou não amortizados, na forma da Lei nº 12.783/2013 e seus regulamentos, aí incluídas as instalações dedicadas ao consumidor Arcelormittal.

Após trâmite regulatório e os termos do acordo de pagamento firmados com a Eletrosul, restou formalizado entre as empresas Termo de Confissão de Dívida, sendo definido o pagamento pela Eletrosul de R\$9.573 mil em 20 de julho de 2018, seguidos de 11 parcelas mensais e sucessivas, equivalentes a 2% do valor devido, cada uma, finalizando com mais 12 parcelas mensais e sucessivas equivalentes a 4,83% do saldo devido, com eventuais ajustes na parcela final.

O valor estabelecido pela ANEEL, no total de R\$46.733, atualizado pelo IPCA acumulado de outubro de 2012 a novembro de 2017, e acrescido de juros remuneratórios de 5,59% real ao ano, a partir de janeiro de 2013, foi contabilizado da seguinte forma: principal de R\$25.768 como recuperação de custos no grupo de custo de energia, considerando que a Celesc D contabilizou, à época, como custo efetuando os devidos recolhimentos de encargo setorial. O saldo restante foi reconhecido como receita financeira. Até 31 de março de 2019 foi recebido R\$15.295, permanecendo um saldo de R\$32.573.

31.3. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora			Consolidado
	31 de março 2019	31 de março 2018	31 de março 2019	31 de março 2018 (Reapresentado)
Receitas Financeiras	297	364	74.868	39.002
Renda de Aplicações Financeiras	295	363	4.074	5.378
Acréscimos Moratórios s/Faturas de Energia Elétrica	-	-	26.668	22.660
Variações Monetárias	-	-	39.194	3.765
Atualização Monetária s/Ativos Regulatórios	-	-	6.436	7.884
Incentivo Financeiro Fundo Social	-	-	-	-
Deságio Fornecedor	-	-	44	23
Desvalorização Cambial s/Energia Comprada	-	-	-	-
Renda de Dividendos	-	-	-	-
Reversão da Provisão para Perdas de Ativo Financeiro	-	-	-	-
Outras Receitas Financeiras	10	19	1.371	1.306
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(8)	(18)	(2.919)	(2.014)
Despesas Financeiras	(16)	(14)	(101.058)	(58.338)
Encargos de Dívidas	-	-	(33.147)	(7.212)
Atualização Reserva Matemática a amortizar	-	-	(9.771)	(11.366)
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	-	-	-	(1.261)
Variações Monetárias e Acréscimos Moratórios Energia Comprada	-	-	-	-
Variações Monetárias	-	(3)	(21.684)	(211)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(4.055)	(3.846)
Atualização Monet. Ativo Financeiro	-	-	(12.245)	(8.983)
Atualização CDE	-	-	(6.836)	(14.375)
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(10.488)	(7.298)
Outras Despesas Financeiras	(16)	(11)	(2.832)	(3.786)
Resultado Financeiro	281	350	(26.190)	(19.336)

Notas Explicativas

32. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC D

32.1. Balanço Patrimonial

Ativo	31 de março 2019	31 de dezembro 2018
Circulante	4.166.535	4.237.296
Caixa e Equivalentes de Caixa	679.059	631.262
Contas a Receber de Clientes	1.592.406	1.575.606
Estoques	10.636	8.488
Tributos a Recuperar	82.856	61.160
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	1.511.003	1.511.003
Ativo Financeiro – CVA	67.444	226.737
Outros	223.131	223.040
Não Circulante	4.709.205	4.689.251
Realizável a Longo Prazo		
Contas a Receber de Clientes	48.232	51.634
Tributos Diferidos	710.703	712.532
Tributos a Recuperar	24.676	19.319
Depósitos Judiciais	169.557	150.318
Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	420.956	438.609
Ativo Financeiro – CVA	-	26.522
Outros	3.141	2.725
Intangível	3.331.940	3.287.592
Total do Ativo	8.875.740	8.926.547

Passivo	31 de março 2019	31 de dezembro 2018
Circulante	4.302.273	4.472.487
Fornecedores	1.088.176	1.003.457
Empréstimos Moeda Nacional	191.776	320.322
Empréstimos Moeda Estrangeira	4.345	767
Debêntures	123.141	104.425
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	199.941	207.892
Tributos a Recolher	221.460	207.393
Dividendos Propostos	28.859	28.859
Mútuos – Coligadas, Controladas ou Controladoras (i)	94.377	92.385
Taxas Regulamentares	2.113.199	2.269.081
Partes Relacionadas	13.352	15.763
Passivo Atuarial	157.341	162.638
Passivo Financeiro – CVA	-	-
Outros	66.306	59.505
Não Circulante	3.539.872	3.472.761
Empréstimos Moeda Nacional	297.285	325.026
Empréstimos Moeda Estrangeira	312.042	272.686
Debêntures	231.491	248.018
Taxas Regulamentares	115.769	103.411
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	37.254	46.988
Passivo Atuarial	1.819.941	1.842.197
Provisão para Contingências	655.531	631.959
Passivo Financeiro – CVA	68.083	-
Outros	2.476	2.476
Patrimônio Líquido	1.033.595	981.299
Capital Social Realizado	1.053.590	1.053.590
Reservas de Lucro	785.641	785.641
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(857.932)	(857.932)
Lucros Acumulados	52.296	-
Total do Passivo	8.875.740	8.926.547

(i) Mútuo entre Celesc D e Celesc G

Em setembro de 2018 a Celesc G fez o repasse de R\$90.000 à Celesc D na forma de Contrato de Mútuo. São acrescidos ao principal, juros de CDI +2,5% a.a., que serão pagos ao final do contrato, com vigência de 12 meses.

Os recursos têm a finalidade de mitigar os deslocamentos de caixa, especialmente diante da situação conjuntural desfavorável por que vem passando o setor de distribuição de energia elétrica, bem como, a utilização como empréstimo ponte até a liberação dos recursos do BID no Programa de Infraestrutura Energética da Celesc D.

Notas Explicativas

32.2. Demonstração de Resultados

Descrição	31 de março 2019	31 de Março 2018 (Reapresentado)
Receita Operacional Líquida – ROL	2.091.657	1.737.667
Receita de Serviço de Energia Elétrica	1.976.147	1.643.229
Receita de Construção	115.510	94.438
Custos Operacionais	(1.855.279)	(1.526.677)
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(1.739.769)	(1.432.239)
Custo de Construção	(115.510)	(94.438)
Lucro Bruto	236.378	210.990
Despesas Operacionais	(115.460)	(95.172)
Despesas com Vendas	(54.134)	(52.003)
Despesas Gerais e Administrativas	(78.732)	(66.960)
Outras Receitas (Despesas) Líquidas	17.406	23.791
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	120.918	115.818
Resultado Financeiro	(25.532)	(18.079)
Receitas Financeiras	74.094	37.582
Despesas Financeiras	(99.626)	(55.661)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	95.386	97.739
IRPJ e CSLL	(43.090)	(40.344)
Corrente	(41.262)	(39.758)
Diferido	(1.828)	(586)
Lucro Líquido do Período	52.296	57.395

32.2.1. Receita Operacional

Descrição	31 de março 2019	31 de março 2018 (Reapresentado)
Receita Operacional Bruta – ROB	3.427.454	2.896.646
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	1.952.423	1.687.773
Suprimento de Energia Elétrica (a)	107.344	74.815
Ativos e Passivos Financeiros	(253.133)	(4.423)
Disponibilização da Rede Elétrica	1.110.299	810.695
Energia de Curto Prazo	212.188	41.502
Doações e Subvenções	176.989	187.512
Receita de Construção	115.510	94.438
Atualização Ativo Financeiro – VNR	1.309	596
Outras Receitas Operacionais	4.525	3.738
Deduções da Receita Operacional Bruta	(1.335.797)	(1.158.979)
ICMS	(670.364)	(535.193)
PIS	(54.563)	(46.285)
COFINS	(251.319)	(213.192)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(344.972)	(344.537)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(9.916)	(8.233)
Programa Eficiência Energética – PEE	(9.916)	(8.233)
Taxa de Fiscalização	(1.742)	(1.659)
Outros Encargos	6.995	(1.647)
Receita Operacional Líquida – ROL	2.091.657	1.737.667

Notas Explicativas

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da Receita Bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31 de março 2019	31 de março 2018	31 de março 2019	31 de março 2018	31 de março 2019	31 de março 2018
Residencial	2.353.651	2.289.794	1.837.798	1.587.827	1.251.132	953.047
Industrial	107.968	104.302	2.572.875	2.482.306	416.565	437.772
Comercial	273.365	265.183	1.246.674	1.131.751	703.216	588.710
Rural	234.696	234.616	359.243	412.673	163.599	159.898
Poder Público	23.168	22.910	122.366	113.492	82.086	68.558
Iluminação Pública	800	754	163.533	164.198	66.297	60.554
Serviço Público	3.453	3.285	94.172	92.064	53.437	46.960
Reclassif. Receita Disp. Rede Elétrica – Consumidor Cativo	-	-	-	-	(783.909)	(627.726)
Total do Fornecimento	2.997.101	2.920.844	6.396.661	5.984.311	1.952.423	1.687.773
Suprimento de Energia	51	54	569.373	458.093	107.344	74.815
Total	2.997.152	2.920.898	6.966.034	6.442.404	2.059.767	1.762.588

(i) Informações não auditadas

32.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	31 de março de 2019				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.576.403	-	-	-	1.576.403
Pessoal	81.001	38.597	15.235	2.460	137.293
Despesa Atuarial	-	12.962	-	-	12.962
Entidade Previdência Privada	4.618	1.872	724	-	7.214
Material	2.072	1.509	-	-	3.581
Custo de Construção	115.510	-	-	-	115.510
Custos e Serviços de Terceiros	24.781	15.669	14.202	182	54.834
Depreciação e Amortização	47.790	5.856	-	-	53.646
Provisões Líquidas	-	-	5.180	16.855	22.035
Outros Custos e Despesas	3.104	2.267	18.793	(36.903)	(12.739)
Total	1.855.279	78.732	54.134	(17.406)	1.970.739

Descrição	31 de março de 2018 (Reapresentado)				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.278.219	-	-	-	1.278.219
Pessoal	82.436	33.481	14.045	855	130.817
Despesa Atuarial	-	6.517	-	-	6.517
Entidade Previdência Privada	4.822	1.743	728	-	7.293
Material	1.763	1.316	-	-	3.079
Custo de Construção	94.438	-	-	-	94.438
Custos e Serviços de Terceiros	17.185	14.539	12.979	154	44.857
Depreciação e Amortização	45.587	5.716	-	-	51.303
Provisões Líquidas	-	-	9.759	10.426	20.185
Outros Custos e Despesas	2.227	3.648	14.492	(35.226)	(14.859)
Total	1.526.677	66.960	52.003	(23.791)	1.621.849

Notas Explicativas

33. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC G

33.1. Balanço Patrimonial

Ativo	31 de março 2019	31 de dezembro 2018
Circulante	104.429	99.344
Caixa e Equivalentes de Caixa	49.380	50.035
Contas a Receber de Clientes	20.374	17.301
Estoques	149	148
Tributos a Recuperar	2.463	179
Despesas Antecipadas	77	134
Dividendos a Receber	67	89
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	31.893	31.433
Outros	26	25
Não Circulante	570.051	566.083
Realizável a Longo Prazo		
Tributos a Recuperar	1.767	1.773
Depósitos Judiciais	359	354
Partes Relacionadas	94.865	92.873
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	252.974	249.585
Outros	2.421	2.421
Investimentos	55.589	56.033
Imobilizado	159.220	160.029
Intangível	2.856	3.015
Total do Ativo	674.480	665.427

Passivo	31 de março 2019	31 de dezembro 2018
Circulante	62.157	67.276
Fornecedores	2.980	3.544
Debêntures	35.788	26.964
Tributos a Recolher	9.857	16.418
Taxas Regulamentares	258	246
Partes Relacionadas	1.034	872
Dividendos Propostos	12.170	19.147
Outros	70	85
Não Circulante	129.688	135.525
Tributos Diferidos	12.660	10.144
Debêntures	113.154	121.855
Provisão para Contingências	1.201	989
Taxas Regulamentares	2.673	2.537
Patrimônio Líquido	482.635	462.626
Capital Social Realizado	250.000	250.000
Reservas de Lucro	196.920	196.920
Ajuste de Avaliação Patrimonial	15.565	15.706
Lucros Acumulados	20.150	-
Total do Passivo	674.480	665.427

33.2. Demonstração de Resultados

Descrição	31 de março 2019	31 de março 2018
Receita Operacional Líquida – ROL	41.815	34.452
Receitas de Vendas e Serviços	41.815	34.452
Custos Operacionais	(8.233)	(8.687)
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(8.233)	(8.687)
Lucro Bruto	33.582	25.765
Despesas Operacionais	(2.095)	(1.919)
Despesas com Vendas	1.682	858
Despesas Gerais e Administrativas	(3.012)	(2.795)
Outras Receitas (Despesas) Líquidas	(299)	11
Resultado da Equivalência Patrimonial	(466)	7
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	31.487	23.846
Resultado Financeiro	(939)	(1.607)
Receitas Financeiras	2.469	1.960
Despesas Financeiras	(3.408)	(3.567)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	30.548	22.239
IRPJ e CSLL	(10.539)	(7.553)
Corrente	(8.022)	(5.996)
Diferido	(2.517)	(1.557)
Lucro Líquido do Período	20.009	14.686

Notas Explicativas

33.2.1. Receita Operacional

Descrição	31 de março 2019	31 de março 2018
Receita Operacional Bruta – ROB (i)	46.077	38.285
Fornecimento de Energia Elétrica (a) – Industrial	5.488	7.257
Fornecimento de Energia Elétrica (a) – Comercial	1.616	1.840
Suprimento de Energia Elétrica (a)	21.370	15.654
Energia Elétrica de Curto Prazo (a)	5.451	3.967
Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	12.152	9.567
Deduções da Receita Operacional	(4.262)	(3.833)
PIS	(657)	(579)
COFINS	(3.027)	(2.665)
Taxa Fiscalização ANEEL – TFSEE	(68)	(66)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(245)	(207)
Compensação Financeira Recursos Hídricos	(265)	(316)
Receita Operacional Líquida – ROL	41.815	34.452

(i) Por meio da Resolução Homologatória nº 2.421 de 17 de julho de 2018, a ANEEL aprovou o reajuste da Receita Anual de Geração – RAG para as usinas hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783/2013. A vigência do novo reajuste da RAG é de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

As RAGs estabelecidas para as Usinas de propriedade da Celesc G e que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usina	Concessionária	RAG		Receita Mensal	
		Ciclo 2018/2019	Julho/2018 a Junho/2019	Julho/2018 a Junho/2019	Julho/2018 a Junho/2019
Pery	Celesc G	9.453			788
Garcia	Celesc G	9.758			813
Bracinho	Celesc G	12.667			1.056
Cedros	Celesc G	9.267			772
Palmeiras	Celesc G	19.355			1.613
Salto	Celesc G	6.585			549

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31 de março 2019	31 de março 2018	31 de março 2019	31 de março 2018	31 de março 2019	31 de março 2018
Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica						
Industrial	8	9	26.383	35.119	5.488	7.257
Comercial, Serviços e Outros	1	1	10.428	12.626	1.616	1.840
Suprimento de Energia	43	43	134.678	122.510	21.370	15.654
Energia de Curto Prazo (CCEE)	-	-	22.297	14.235	5.451	3.967
Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	-	-	-	-	12.152	9.567
Total	52	53	193.786	184.490	46.077	38.285

(i) Informações não auditadas

33.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	31 de março de 2019	
				Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(4.709)	-	-	-	(4.709)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(608)	-	-	-	(608)
Pessoal	(342)	(2.248)	(205)	-	(2.795)
Material	(58)	(22)	-	-	(80)
Custos e Serviços de Terceiros	(1.535)	(424)	(153)	-	(2.112)
Depreciação e Amortização	(1.085)	(216)	-	-	(1.301)
Seguros	(57)	-	-	-	(57)
Provisões Líquidas	-	-	2.062	(212)	1.850
Tributos	87	(26)	(22)	-	39
Aluguéis	-	(75)	-	-	(75)
Doações	-	-	-	-	-
Outros Custos e Despesas	74	(1)	-	(87)	(14)
Total	(8.233)	(3.012)	1.682	(299)	(9.862)

Notas Explicativas

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	4.892	-	-	-	4.892
Encargos de Uso da Rede Elétrica	580	-	-	-	580
Pessoal	867	1.900	121	-	2.888
Material	28	15	-	-	43
Custos e Serviços de Terceiros	1.222	470	136	-	1.828
Depreciação e Amortização	1.191	226	-	-	1.417
Seguros	75	-	-	-	75
Provisões Líquidas	-	-	(1.130)	-	(1.130)
Tributos	(88)	111	15	-	38
Aluguéis	-	72	-	-	72
Outros Custos e Despesas	(80)	1	-	(11)	(90)
Total	8.687	2.795	(858)	(11)	10.613

34. EVENTO SUBSEQUENTE

34.1. Contratação de Operação de Capital de Giro

A Celesc D contratou em 27 de abril de 2018 a operação de crédito junto ao Banco Safra, por meio da Linha de Crédito Agroindustrial, no valor de R\$150,0 milhões, com prazo de vencimento em 22 de abril de 2019.

A amortização da operação se dará no último mês de vigência (*bullet*). A taxa de juros será pré-fixada em 7,40% a.a., com pagamentos mensais. A comissão do negócio (*fee*) será de 0,40% e a operação se dará com garantia em recebíveis da Companhia, na proporção 1:1 do saldo devedor.

Em 18 de abril de 2019, o Conselho de Administração da Companhia se reuniu e deliberou sobre a aprovação da prestação de garantia (aval) pela Celesc renovação de operação de crédito contratada pela Celesc Distribuição S.A..

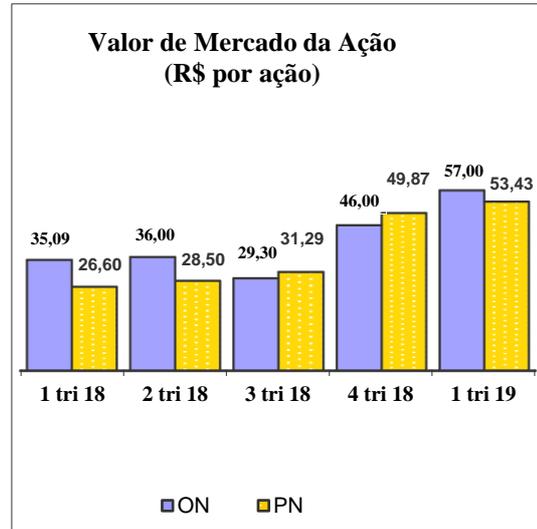
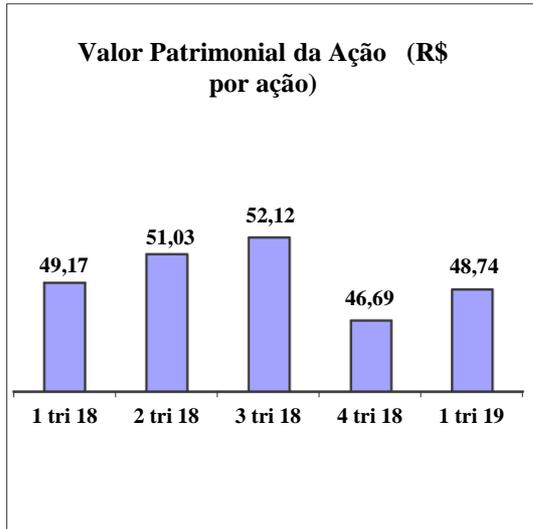
Dessa forma, o Conselho de Administração aprovou a contratação da renovação, por mais 12 meses, do capital de giro CCB – Agroindustrial, vigente com o Banco Safra.

O valor da operação será de R\$150 milhões, com lastro no faturamento de energia elétrica do grupo rural, com garantia de recebíveis em 100% do saldo devedor e garantia fidejussória da Celesc *Holding*. O prazo será novamente por 12 meses, com pagamento da amortização ao final do período e taxa de juros pré-fixada de 7,40% a.a. e *fee* (comissão) de 0,40%. O Conselho aprovou, também, que a Celesc *Holding* preste garantia (aval) à renovação da operação.

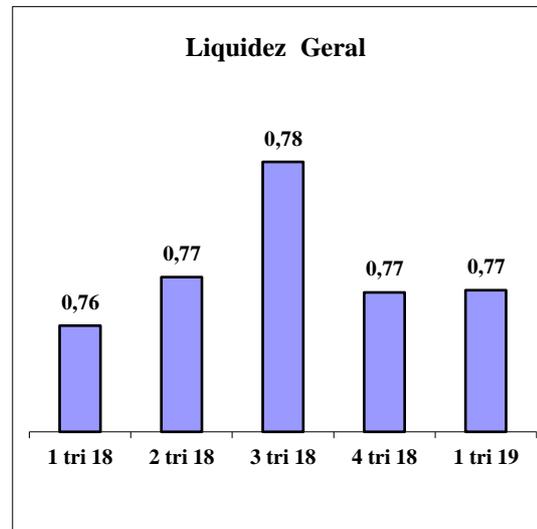
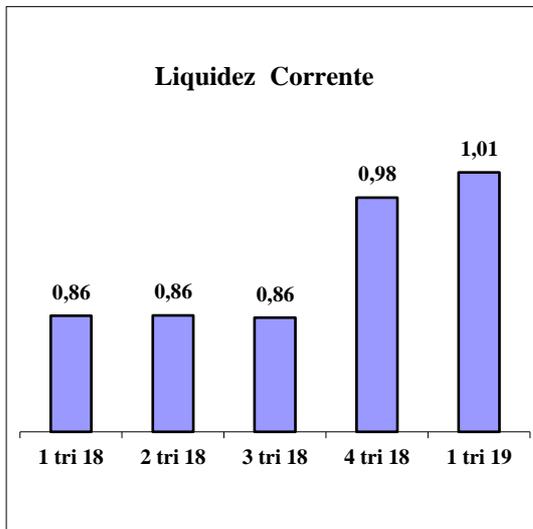
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1. INDICADORES FINANCEIROS TRIMESTRAIS (Informações não Auditadas)

1.1. Patrimoniais

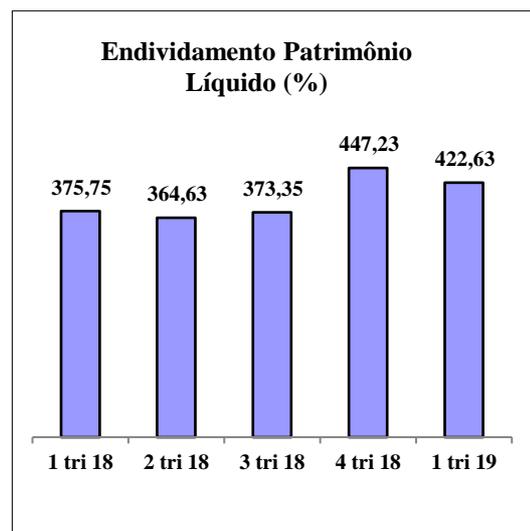
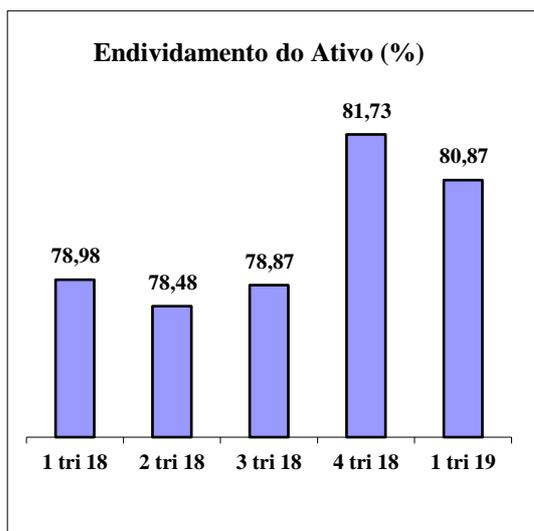


1.2. Liquidez

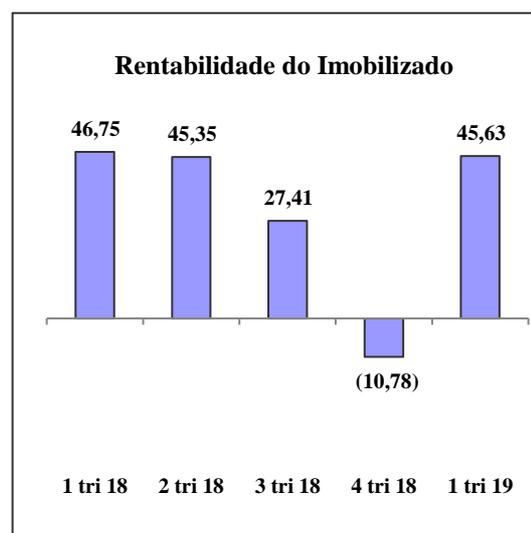
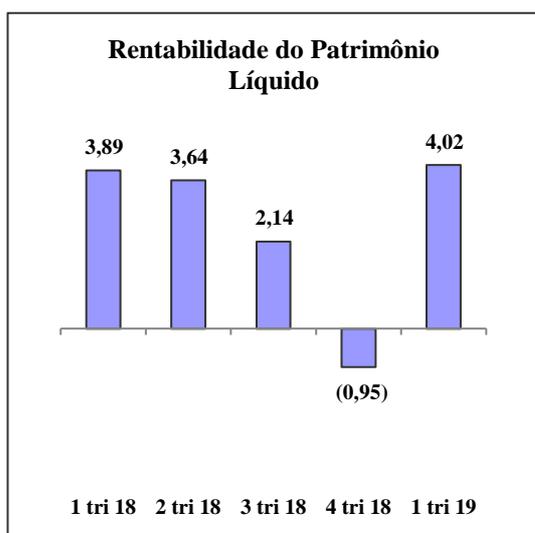


Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

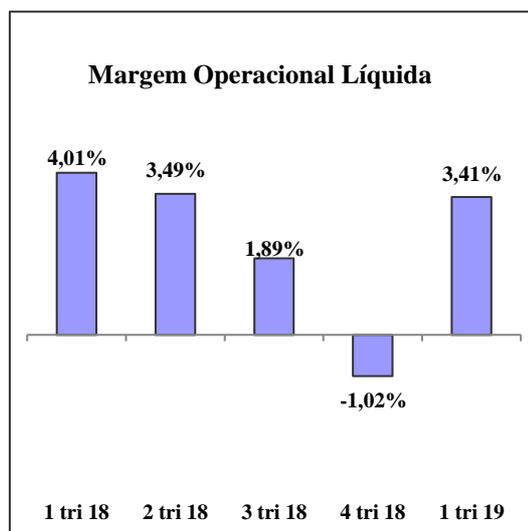
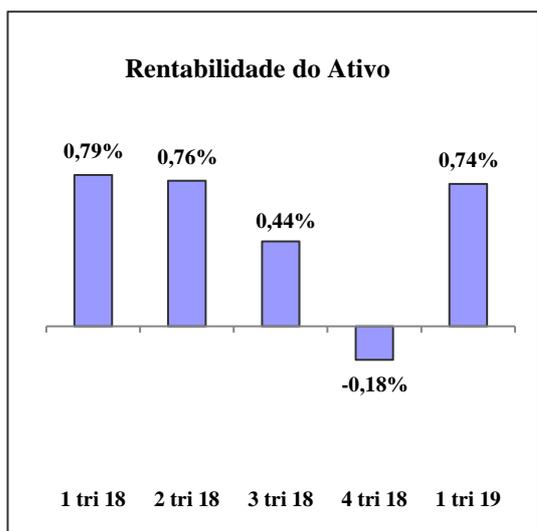
1.3. Endividamento



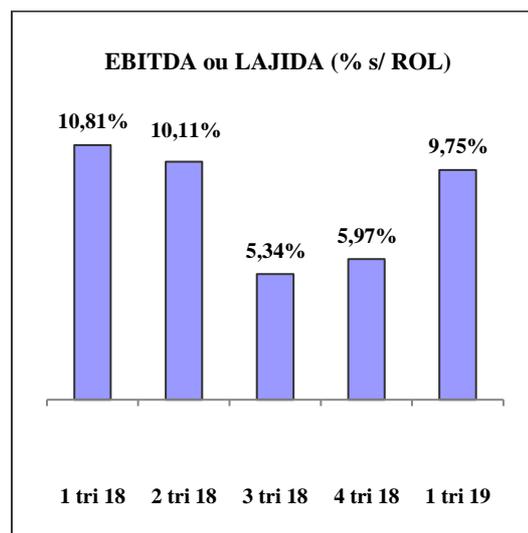
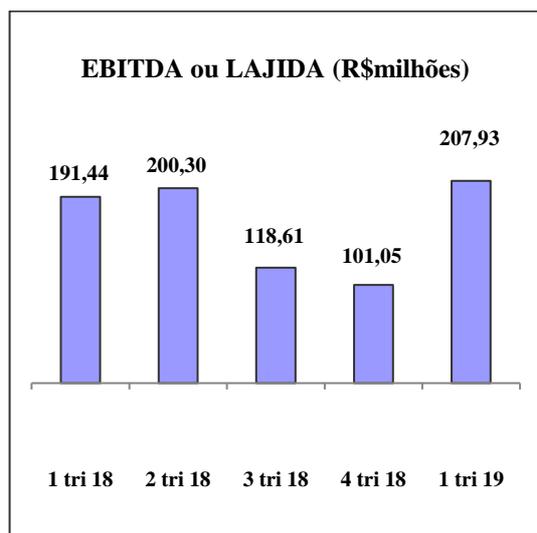
1.4. Rentabilidade



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

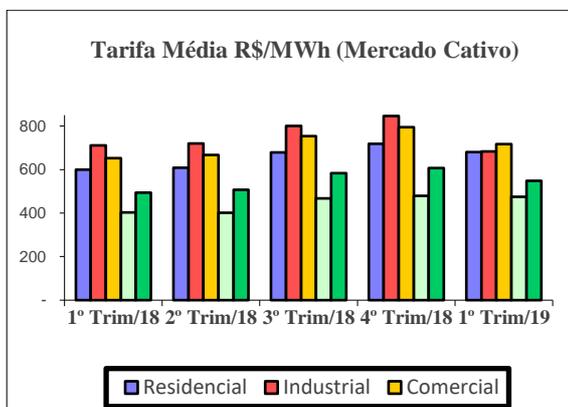
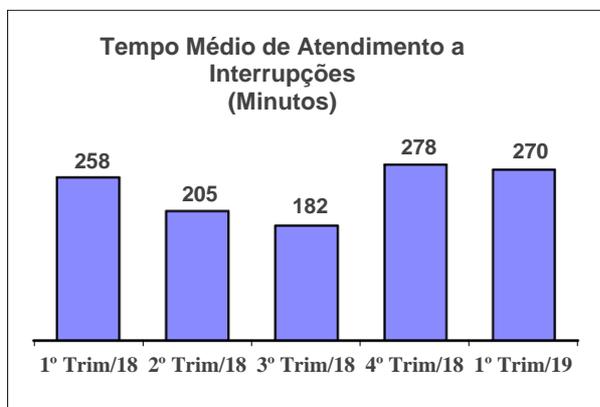
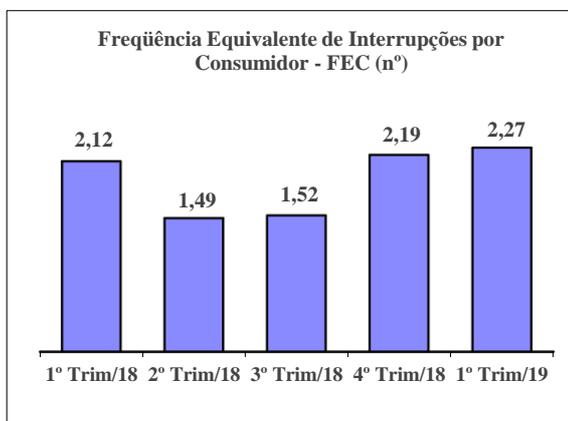
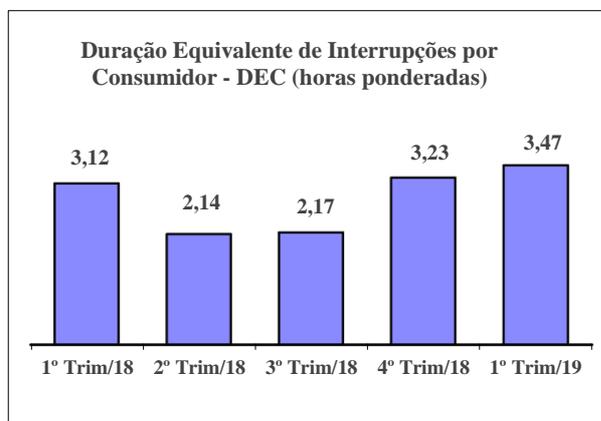
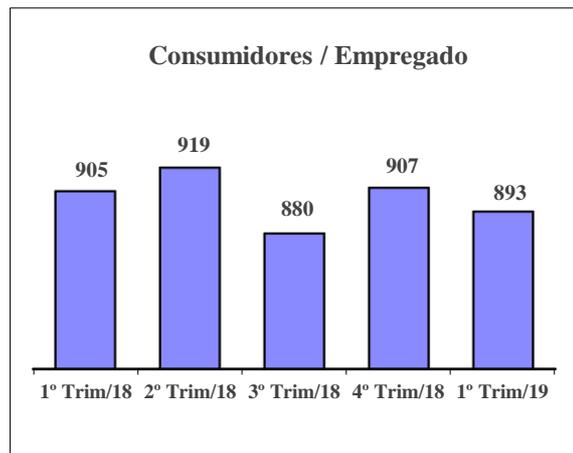
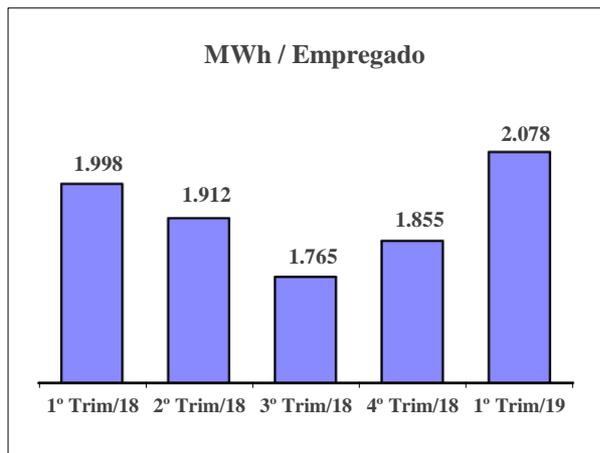


1.5. EBITDA ou LAJIDA



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1.6. Eficiência



Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão das cifras correspondentes ao período anterior

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, ao resultado abrangente, às mutações do patrimônio líquido, aos fluxos de caixa e ao valor adicionado do período de três meses findo em 31 de março de 2018, obtidas das informações trimestrais – ITR daquele trimestre, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do período de três meses findo em 31 de março de 2018, foi conduzida sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão com data de 11 de maio de 2018, sem ressalvas.

Florianópolis, 15 de maio de 2019

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Leandro Sidney Camilo da Costa

Contador CRC 1SP 236051/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Companhia, responsáveis por fazer elaborar as demonstrações financeiras nos termos da lei ou do estatuto social, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes às Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

Cleicio Poletto Martins

Diretor Presidente

Fábio Valentim da Silva

Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos

Antônio José Linhares

Diretor Comercial

Pablo Cupani Carena

Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

Sandro Ricardo Levandoski

Diretor de Distribuição

Claudine Furtado Anchite

Diretora de Gestão Corporativa

André Luiz de Castro Pereira

Diretor de Planejamento e Controle Interno

Marcelo Haendchen Dutra

Diretor de Finanças e Relações com Investidores

José Braulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Companhia, responsáveis por fazer elaborar as demonstrações financeiras nos termos da lei ou do estatuto social, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão especial dos auditores independentes, da empresa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sobre as demonstrações financeiras referentes às Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

Cleicio Poletto Martins

Diretor Presidente

Fábio Valentim da Silva

Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos

Antônio José Linhares

Diretor Comercial

Pablo Cupani Carena

Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

Sandro Ricardo Levandoski

Diretor de Distribuição

Claudine Furtado Anchite

Diretora de Gestão Corporativa

André Luiz de Castro Pereira

Diretor de Planejamento e Controle Interno

Marcelo Haendchen Dutra

Diretor de Finanças e Relações com Investidores

José Braulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8